

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

ALLYSON BRUNO PEREIRA RAMOS

Carapuça: pequena imprensa abolicionista maranhense no final do Oitocentos.

São Luís, MA.

2018

ALLYSON BRUNO PEREIRA RAMOS

Carapuça: pequena imprensa abolicionista maranhense no final do Oitocentos.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção o grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

São Luís, MA.

2018

Ramos, Allyson Bruno Pereira.

Carapuça: pequena imprensa abolicionista maranhense no final do Oitocentos / Allyson Bruno Pereira Ramos. – São Luís, 2018.

67 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. Escravidão. 2. Imprensa. 3. Abolicionismo. 4. Maranhão. I. Título.

CDU 326.8:070(812.1)

ALLYSON BRUNO PEREIRA RAMOS

Carapuça: pequena imprensa abolicionista maranhense no final do Oitocentos.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

Apresentada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador

Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa

Universidade Estadual do Maranhão

2º Examinador

Prof. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa

Universidade Estadual do Maranhão

*A minha mãe por todo esforço e
incentivo ao longo de toda minha vida,
sem nunca esmorecer, é um exemplo.*

AGRADECIMENTOS

O processo de construção de um texto academicamente aceitável é sem sombra de dúvidas, principalmente para mim, o momento mais difícil de uma pesquisa, trabalho ou investigação. Repleto de questões, medos, uma relação que oscila entre amor e ódio, o texto aqui apresentado não foi diferente, escrever essa monografia intercalou momentos de densa escrita e de encarar, por horas, a tela do computador sem conseguir escrever uma linha sequer, de toda forma, após muitas horas, vários dias e alguns meses o texto finalmente ficou pronto. Embora por vezes a escrita seja um período de reclusão e solidão, também é verdade que graças a algumas pessoas que em algum momento, de alguma forma contribuíram para a escrita dessa monografia, por isso deixo aqui o meu mais sincero obrigado a:

Primeiramente a todos os antigos e novos Deuses que até aqui me acompanharam, me protegeram, me guiaram, me ampararam nos momentos difíceis e atenderam sempre que possível aos meus anseios.

A minha família por todo apoio e incentivo, minha mãe, dona Mercês, por sempre me apoiar, me incentivar e ser minha heroína, verdadeira mulher-maravilha; meu pai, Ramos, sempre com conversas rápidas, mas nem por isso menos significativas, não tenho dúvidas de que tuas palavras de apoio me fizeram almejar metas cada vez maiores; ao meu irmão, Igor a quem tanto recorri nos momentos de dúvidas sobre regras da ABNT. Amo muito todos vocês.

Ao meu orientador prof. Dr. Marcelo Cheche Galves por todas as orientações, puxões de orelha, dicas, sugestões, pelas reuniões sempre bem humoradas e principalmente por ter aceito essa orientação aos 40 minutos do segundo tempo, depois de uma breve conversa em um simpósio temático da ANPUH.

A prof.(a) Dra. Tatiana Raquel Reis Silva, minha primeira orientadora, responsável por me apresentar ao universo de pesquisas sobre África e os países da diáspora, obrigado pelos dois anos como bolsista BATI, pelas reuniões regadas com o tradicional café “adoçado” com açúcar mascavo, por me apresentar as primeiras leituras e documentos que me fizeram vislumbrar o que seria de fato o meu trabalho monográfico.

A todos os professores do curso de História da UEMA, em especial a Yuri Costa pela incrível cadeira de História do Brasil Imperial; a Henrique Borralho pelas conversas repletas de risadas e todo o questionamento sobre a existência; Milena Galdez

pelas longas conversas, pelos questionamentos, pelas dicas de leitura e por todas as inquietudes que me causou; a Carine Dalmás; Viviane Barbosa; Evaldo Barros; Ana Lívia; Fabio Monteiro e Helidacy Correia.

A Thais Samara Pinheiro Coutinho, vulgo Mozão, namorada, companheira, amiga, parceira, conselheira, meu porto seguro, a primeira a ler tudo que escrevo. Obrigado por toda a paciência, por toda compreensão, por todo carinho, por me suportar nesses momentos estressantes, por todo amor, por esses últimos três anos de namoro, obrigado por ser essa pessoa maravilhosa e assim me tornar um homem melhor e um pesquisador melhor. Não posso palavras que possam dizer o quanto você foi e continua sendo importantíssima na minha vida. Te amo muito.

Aos mais que amigos, irmãos Júlio Cesar; Jerdeson Prazeres e Thiago Lima que desde o Ensino Médio me incentivaram a estudar, a tentar o vestibular e também por todas as risadas e “zueiras”.

Aos amigos que fiz no curso de História, da turma 2014.1 Kalynne Sued; Raynara Macau; Matheus Dias e Lianne Beatriz, do convívio quase que diário com Diogo Aires, amigo, padrinho e professor na arte da política estudantil; D30 a pessoa mais alegre e pra cima que já passou no prédio do curso de História da UEMA; Liana Amorim pessoa incrível, parceira de comissão eleitoral; Sarah Layse; Thiago Moura.

Um agradecimento especial aos “fuleiros” Rayssa Maria; Pedro Rodrigo; Matheus Muniz e Lucas Bastos, irmãos e amigos de todas as horas, companheiros em momentos bons e ruins, obrigado pelas longas discussões na mesa de bar, os batuques antes das provas e toda infantilidade que temos quando juntos.

Aos companheiros do Ocupa UEMA, movimento encabeçado apenas por estudantes que se mobilizaram tão lindamente em prol da defesa de nossos direitos, Carlos Algusto, vulgo Gugu; Gabriele; Adriana Dias; Gilvan Lago e Yara.

Ao museu Casa de Nhozinho, lugar em que passe inúmeras tardes de risadas, conversas e espaço de grande aprendizado. Um agradecimento especial a Jandir Gonçalves; dona Jô; Clemilson; Vanderlei; Thaise; Sunshine, Leandro e Ariana.

Agradeço muito ao pessoal que trabalha no setor de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite, sempre atenciosos, me ajudaram muito na lida com os jornais nas várias idas para fotografar.

Por último, mas não menos importante, ao curso de História da UEMA, não a estrutura física, muito menos a uma pessoa que o represente, mas ao ambiente. Local onde cresci como ser humano, onde fiz belas amizades, aprendi para além do que é

ensinado em sala de aula, lugar onde passei a me entender como ser político e por isso participei do Ocupa UEMA, da comissão eleitoral do CAHIS Negro Cosme, de assembleias deliberativas ordinárias e extraordinárias, da construção de eventos como o Consciência Negra. Gratidão pelos últimos quatro anos.

RESUMO

Esse trabalho tem como foco a análise do discurso abolicionista contido na *Carapuça – Orgão de todas as classes*, jornal ludovicense de curta duração, que em 1884 levantava a bandeira da imediata abolição do trabalho escravizado. Para tanto, recua ao final do século XVIII para compreender a constituição de uma sociedade escravista no Maranhão, organizada a partir das demandas por exportação do arroz e do algodão. Em seguida, recupera aspectos da capital, São Luís, como uma cidade negra, palco de sociabilidade da população negra escravizada ou livre. Nesse ambiente, a imprensa assume a tarefa de debater as questões em voga naquela sociedade, pressuposto para a análise aqui proposta.

Palavras-chave. Escravidão. Imprensa. Abolicionismo. Maranhão.

ABSTRACT

This work focuses on the analysis of the abolitionist discourse contained in *Carapuça - Orgão de todas as classes*, a short Ludovic newspaper, which in 1884 raised the banner of the immediate abolition of enslaved work. To do so, it retreats at the end of the eighteenth century to understand the constitution of a slave society in Maranhão, organized from the demands for rice and cotton exports. It then regains aspects of the capital, São Luís, as a black city, a stage of sociability of the enslaved or free black population. In this environment, the press assumes the task of debating the issues in vogue in that society, presupposed for the analysis proposed here.

Keywords: Slavery. Press. Abolitionism. Maranhão.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Planta da cidade do Maranhão (São Luís) em 1844	23
Figura 2: Ilustração satirizada de um negro bêbado no século XIX	33
Figura 3: Página de número um da primeira edição da <i>Carapuça</i>	37
Figura 4: Página de número quatro da oitava edição da <i>Carapuça</i>	39

LISTA DE TABELAS/GRÁFICOS

Tabela 1: População do Maranhão 1821/1887	26
Gráfico 1: Quantitativo de jornais lançados entre 1821 e 1890	35

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

BATI – Bolsa de Apoio Técnico Institucional

NEÁFRICA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global

CMF – Comissão Maranhense de Folclore

CCN – Centro de Cultura Negra

BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A METAMORFOSE MARANHENSE	19
1.1 O Maranhão agroexportador	20
1.2 São Luís: uma cidade negra	28
2. A IMPRENSA ARTESANAL MARANHENSE	34
2.1 Das questões internas	35
2.2 Das relações externas	40
3. O TOM ABOLICIONISTA	44
3.1 <i>Liberdade: a escravidão e o abolicionismo</i>	45
3.2 <i>Badaladas</i>	52
3.3 O término	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que Produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas (CERTEAU, 1982, p. 65).

Não seriam essas inquietudes que nos movem como pesquisador do campo da História? Pois bem, ao entrar na graduação os, na maioria das vezes, recém saídos da adolescência, vislumbram um horizonte de novas possibilidades explicativas, uma gama de grupos de pesquisa, uma inigualável série de investigações que enchem nossos olhos e atiçam toda curiosidade característica de nossa idade. Somos assim, inundados de informações, de paradigmas e de um *modus operandi*, com a certeza de que a partir daqui, tudo que fabricarmos terá um peso, trará consigo toda carga conceitual daqueles que nos precederam, e por isso, deverá ser aceito entre nossos pares.

Mas a História não é só isso. O historiador não paira no ar, na verdade, está condicionado a valores dos mais múltiplos possíveis e, graças a isso, não quer mais ser aceito apenas por seus pares. Hoje, o profissional de História quer mais, deseja que seu trabalho fuja aos muros da academia e incida sobre o social, já não busca a construção de grandes nomes, tampouco erguer pedestais para que de cima olhe para os demais indivíduos; quer sim um aberto diálogo com a sociedade da qual também faz parte. Nós, os novatos que pedem passagem, sentimos pulsante esse desejo, e é por isso que tudo que escrevemos está imerso em subjetividade, porque a verdade é que nos nossos escritos, para além do rigor historiográfico exigido pela academia, estão nossos sentimentos, nossos desejos, nosso lugar social de fala e as bandeiras que levantamos.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias [...]. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade (CERTEAU, 1982, pp. 66-67).

Vinculado a uma instituição histórica e fruto de um meio social, o historiador está condicionado a valores políticos, pessoais, econômicos e sociais. Sendo filho de seu tempo, escreve de um posto de observação a partir de uma série de referências e métodos pré-estabelecidos, mas que carregado de subjetividade já não busca a verdade dos fatos, a objetividade histórica. Tenta, portanto, uma possibilidade explicativa para um

determinado contexto histórico. E é com essa certeza que o trabalho aqui apresentado foi pensado, envolto em particularidades e inquietações.

A bem da verdade, devo confessar, não consigo fugir da máxima do “mito de origem”. A pesquisa que gerou o trabalho monográfico teve seu início em 2014, quando ainda, no segundo período de graduação em História, passei a frequentar o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global – NEÁFRICA. Após algumas reuniões do grupo, me foi oferecida a oportunidade de uma Bolsa de Apoio Técnico Institucional (BATI), e de me vincular de vez ao núcleo, com a orientação da prof. Dra. Tatiana Reis. Meu trabalho estava inserido em uma pesquisa macro, sobre as experiências históricas da população negra no estado do Maranhão: catalogar e digitalizar acervos documentais que pudessem dar pistas do cotidiano e da vivência desses indivíduos nos séculos XIX e XX.

De início foi um susto, antes de frequentar as reuniões e a cadeira de História dos Povos Africanos, pouco ou quase nenhum conhecimento tinha sobre a temática. Era preciso, antes de tudo, mergulhar nas leituras sobre o tema e me situar a respeito dos debates vigentes nos círculos acadêmicos nacionais, entender como os pesquisadores têm lidado com as múltiplas trajetórias da população negra, as perspectivas tomadas e os aportes teóricos utilizados. Foi assim que as primeiras leituras me chegaram, em tom de curiosidade e fascínio. Ao longo dos primeiros meses como bolsista, era nos livros que buscava entender e percebia como era vasto o campo de atuação do historiador, ao se debruçar sobre o continente africano e os países da diáspora.

Foi dessa forma que um dos livros, assim considero, mais importantes para vislumbrar o que poderia se tornar esse trabalho monográfico, me chegou: *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX*, de autoria de Ana Flávia Magalhães Pinto. Fruto de sua dissertação de mestrado, a obra trata de diversos periódicos que, ao longo de todo o século XIX, propagavam ideias sobre os rumos do Brasil, enfrentamento do racismo e múltiplas formas de resistência. Em seu livro, a autora demonstra como os chamados “homens de cor” conseguiam montar redes de sociabilidade e através da imprensa difundir mecanismos de enfrentamento e resistência da condição em que se encontrava a população negra, formas legais para promoção da cidadania e métodos de inserção em cargos públicos por exemplo.

Mas não se trata aqui de uma trajetória em linha reta, em que um acontecimento vai se sucedendo a outro e me levando até a monografia, longe disso. Após esses primeiros meses de intensas leituras era preciso ir a campo, foi assim que comecei

a trabalhar com os boletins da Comissão Maranhense de Folclore – CMF. Passei a tentar entender o grau de contribuição da população negra maranhense para a formação da nossa cultura, da religiosidade, tradições e toda a massiva participação na construção da sociedade. Por intermédio dos textos de grandes pesquisadores, como Sérgio e Mundicarmo Ferreti, Zelinda Lima e Jandir Gonçalves, foi possível perceber a profunda contribuição dessa população para a formação sociocultural do Maranhão. Além disso, passei a frequentar o Centro de Cultura Negra – CCN, para fazer catalogação dos acervos iconográficos, impressos e audiovisuais contidos em sua biblioteca. Tive acesso a uma ampla bibliografia sobre a inserção do negro na sociedade maranhense, as formações quilombolas no Maranhão e outras múltiplas formas de resistência empregadas ao longo dos séculos, durante o período escravocrata e mesmo após seu término.

Só então, em meados de 2015, passei a frequentar o acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite – BPBL. Inicialmente, utilizando o catálogo de jornais disponível na biblioteca, fui fazendo uma seleção prévia daqueles que mais me interessavam. A essa altura, o século XIX em si já me despertava uma paixão, daquelas em que o pesquisador é fisgado e passa a empreender investigação apenas sobre o que lhe atrai, pois bem, os periódicos do Oitocentos eram o alvo naquelas inúmeras tardes de leitura. Posteriormente a essa seleção dos jornais a serem lidos, passei várias tardes lendo-os em busca de algo, de alguma pista, de alguma matéria, de uma coluna ou mesmo de um anúncio. Após ler quase todos os jornais que foram previamente escolhidos, poucos eram aqueles que apresentassem algo sobre a população negra, escravizada ou livre. Entretanto, em uma das últimas leituras é que comecei a ler um jornal de curta duração, com várias folhas rasuradas, letras ilegíveis e de título chamativo *Carapuça – Orgão de Todas as Classes*. Assim, cheguei ao objeto e fonte desse trabalho monográfico, porque afinal “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 1982, p. 81).

Se intitulando abolicionista, a *Carapuça* discorria, ao longo de seus doze números, sobre a vivência da população negra, principalmente escravizada¹, no Maranhão, um dos maiores recebedores de africanos no início daquele século. Eis então o ponto de partida dessa investigação, um jornal de curta duração, que na década de 1880,

¹ A opção pela utilização do termo “escravizado” em detrimento de “escravo” se dá em virtude de novas pesquisas historiográficas e debates dentro do movimento negro, na perspectiva de tornar claro que a escravidão foi uma condição imposta, não sendo jamais considerada como estado natural do ser humano CARBONI; MAESTRI (2003).

levantava a bandeira da abolição. A análise aqui construída tem o intuito de contribuir para as inúmeras pesquisas que visam pensar sobre a situação atual da população negra, buscando, por intermédio da pesquisa histórica, meios explicativos para essa questão.

Os estudos com base nas estruturas sociais e sócio raciais no Brasil têm procurado formas de explicar a atual desigualdade presente em nosso cotidiano. Nesse sentido, vários são os temas abordados na perspectiva de tentar elucidar o motivo pelo qual a população negra está em sua maioria em situação de desigualdade e ostracismo social. Para tanto, inúmeras pesquisas têm ressaltado o debate em torno da raça e de como ela foi pensada ao longo do tempo, uma vez que vivenciamos um longo processo de escravidão negra.

A dinâmica interpretativa condicionada a escravidão em terras brasileiras tem suscitado inúmeros debates. Dependendo do ponto de partida escolhido, a priori, é possível apontar três correntes (QUEIROZ, 2012). A primeira, ligada ao sociólogo Gilberto Freyre e sua interpretação de benevolência na relação escravizado-senhor; a segunda, se contrapondo ao paradigma de Freyre, tem como principais expoentes Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Emília Viotti da Costa - para esses autores, o trabalho compulsório só seria possível graças a violência física e psicológica; por fim, uma nova linha interpretativa, vinculada a Jacob Gorender, traça uma análise crítica em torno do trabalho de Freyre e caracteriza a escravidão no Brasil como “neopatriarcal”.

Inserido em um momento de intenso debate sobre o futuro racial do Brasil, Gilberto Freyre (1971) classificou o sistema escravista como dócil, benevolente e, em última instância, patriarcal. Segundo o autor, diferente dos anglo-saxões, os portugueses por natureza seriam bondosos e, por isso, a ideia de escravidão estaria ligada ao paternalismo característico das relações familiares que exerceria suavidade na relação com os cativos. É baseado nessa premissa que Freyre considera a existência de uma “democracia racial” e, portanto, passaria o Brasil por um longo processo de miscigenação que levaria a constituição de um país em que a questão racial seria irrelevante.

A segunda interpretação, já na metade do século XX, contrapõe as premissas estabelecidas por Freyre. Para nomes como Florestan Fernandes (1978) e Fernando Henrique Cardoso (1960), os sistemas escravistas não apresentaram grandes diferenças ao longo das colônias, inexistindo, consequentemente, formas mais brandas. Assim, a violência seria a base da relação entre escravizado e seu senhor. O primeiro, descontente com sua realidade, lançava mão de estratégias de rebeldia e inconformismo com a

escravidão; o senhor, por sua vez, usufruía de sua pretensa superioridade e coisificava o cativeiro, utilizando deliberadamente a violência física e psicológica como mecanismo de controle, existindo dessa forma dois universos distintos, que não se aproximavam.

Em meados dos anos de 1980, surge uma nova corrente historiográfica protagonizada por intelectuais como Jacob Gorender (1990), defendendo um “neopatriarcalismo”, que afirma a existência de possibilidades de amenizar a situação escrava. Segundo essa corrente, teria então o escravizado áreas de atuação em prol de sua situação, sendo capaz de negociar uma condição relativamente branda. Tendo por traz do paternalismo senhorial o iminente medo de revoltas e ataques por parte dos cativeiros.

Sobre a diversidade de registros utilizados nas pesquisas sobre a questão da escravidão, cabe ressaltar a importância da utilização da imprensa. Segundo Luca (2006), principalmente a partir da década de 1970, os jornais deixaram de ser considerados apenas como objeto de constituição da histórica, para se tornar o objeto central da pesquisa histórica. Aqui, a imprensa será utilizada seguindo a premissa de Darnton (1996, p.15): “[...] [a imprensa] ajudou a dar forma aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história [...]”, ou seja, não considero, ao analisar a *Carapuça*, o jornal como mero registro da situação vivenciada em terras maranhenses nas últimas décadas do século XIX, mas como agente que, em meio a disputas por espaço, buscava defender as bandeiras que levantava, incidindo sobre o social.

Ressalto ainda que, como aparece no título desse trabalho, considerei o jornal estudado como pequena imprensa, isso porque segundo Sodré (1999), essa dita pequena imprensa possuía estrutura muito simples, com certa dependência financeira e com curta duração, ou seja, optei por utilizar esse termo, já que o impresso aqui estudado possuiu curta duração, em torno de um mês no ano de 1884, sem muita diagramação, ausência de iconografias e dependente economicamente de seus anúncios e seus assinantes.

Cabe ainda esclarecer alguns conceitos a serem utilizados.

A compreensão da sociedade em que estava inserida a *Carapuça* exige o reconhecimento dos inúmeros conflitos e relações existentes entre as classes no Maranhão. Assim, é necessário de antemão deixar claro que utilizamos o conceito de classe, segundo postulado por Thompson:

[...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência da classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 1987, p. 9).

Outro conceito empregado nesse trabalho é o de ideologia, isso porque considero que a imprensa constitui-se como arena de disputa ideológica, política e social, sendo assim, o embate pela hegemonia do imaginário social permeava as páginas da *Carapuça*. Compreendo, com Baczko, que:

[...] os debates ideológicos, incidindo designadamente sobre a legitimidade da ordem social estabelecida [...] põem em destaque as relações tão íntimas quanto complexas que ligam os imaginários aos interesses e reivindicações de grupos sociais antagônicos (BACZKO, 1985, p. 302).

Feitas essas considerações, o trabalho aqui apresentado traçará uma análise sobre a *Carapuça – Orgão de Todas as Classes*, jornal crítico e noticioso, que na década de 1880 versava sobre o problema da escravidão e propunha, como solução, a abolição. Passaremos inicialmente a tratar de como o braço negro passou a ser a principalmente fonte de trabalho no Maranhão, graças a lavoura de agroexportação e como esse novo sistema modificou o cotidiano dos maranhenses, elevando o Maranhão de um território quase que despovoado até o século XVIII para um vertiginoso crescimento demográfico no século XIX, e ainda gerando a expansão de sua capital, São Luís. Levantaremos ainda a questão de São Luís como uma cidade negra, ou seja, que em seu cotidiano a cidade era palco de sociabilidade da população negra escravizada, liberta ou livre.

Em seguida, investigaremos as condições internas e externas do *Carapuça*, com o propósito de esmiuçar suas características, na perspectiva de melhor entender sua atuação, as possíveis ligações políticas e econômicas, sua condição material, formas de arrecadação e de manutenção.

Por fim, analisaremos o debate abolicionista contido em suas páginas, suas características e especificidades, as formas propostas para a extinção do trabalho servil e quais os mecanismos utilizados pelo editor para atingir os proprietários de escravizados.

1. A METAMORFOSE MARANHENSE

Para o Brasil, o século XIX foi marcado como uma era de transformações, experimentações e modificações sociais, econômicas, políticas e culturais, o que conhecemos como “rupturas e continuidades” dos processos históricos. Nesse sentido, a especificidade do Maranhão está ligada a sua transformação, a partir do fim do século anterior, em uma das principais capitâncias do império português na América, graças à agroexportação do algodão, da cana-de-açúcar e do arroz. Consideramos aqui ser este o ponto de partida para todas as mudanças que ocorreriam ao longo do século subsequente.

Se antes desse marco cronológico, temos a vigência principalmente da escravidão indígena, a produção apenas para consumo e abastecimento econômico interno e uma economia modesta em comparação com outras capitâncias, é a partir da implementação da grande lavoura de exportação que o Maranhão experimentou algo jamais havia vivenciado. Um grande capital passou a circular em suas terras, proporcionando amplo crescimento.

Tais sinais visíveis de riqueza refletem o crescimento econômico vivenciado pelo Maranhão a partir de meados do século XVIII, em decorrência da gênese e expansão de um sistema agroexportador, como parte da política de incremento da agricultura colonial desenvolvida por D. José I e seu todo poderoso ministro, o Marquês de Pombal. Redimensionando a estrutura administrativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão, assegurando o financiamento e escoamento da produção, facilitando o acesso à terra a grandes produtores, criando, enfim, a infraestrutura necessária, esses governantes imprimiram um novo ritmo na economia da região, cujos efeitos não tardaram a aparecer (FARIA, 2012, pp. 39-40).

Partindo desse pressuposto, nesse capítulo traçaremos uma análise sobre as características que o Maranhão adquiriu ao longo do Oitocentos. Levaremos em consideração o crescimento populacional, o acúmulo de capital e, por conseguinte, a elevação de São Luís, sua capital, ao quadro de cidade urbanizada, além é claro das crises na produção agroexportadora. Para tanto, lançaremos mão de dados sobre sua população, produção econômica e crescimento de sua capital. Traçaremos ainda uma análise sobre a evocação de uma São Luís negra, na medida em que serão levantadas questões, tais como a vida dos escravizados urbanos e também dos negros livres, considerando como se dava a relação destes, para com o restante da população, e como a escravidão passou a ser encarada pela imprensa.

1.1 O Maranhão agroexportador

O século XIX entrava em cena, o Maranhão viveria então sucessivos processos de crescimento e retração econômica, graças principalmente a agroexportação, fruto da implementação, em 1755, da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão², pelo então ministro Marquês de Pombal. O acúmulo de capital, especialmente em São Luís, demonstrava o universo que havia sido criado em torno desse sistema: os casarios imponentes, as idas e vindas constantes de navios negreiros e a possibilidade de mandar seus herdeiros a Europa para estudar, tudo possibilitado em grande medida pelo sistema agroexportador. “De fato, a segunda metade do século XVIII e o início do século seguinte, do ponto de vista econômico, consistiram na ‘idade de ouro’ da região” (COSTA, 2017, p. 92).

O algodão e o arroz eram, no início do século XIX, os principais produtos para o abastecimento externo. O algodão era então peça chave para as demandas provocadas pela Revolução Industrial, além de neste mesmo momento as lutas independentistas das colônias inglesas terem garantido ao Brasil, e consequentemente ao Maranhão, mais espaço na economia mundial. O arroz, por sua vez, entra nesse campo graças à certeza de possuir mercado consumidor, haja vista que o crescente aumento populacional europeu garantiria aos produtores maranhenses o destino final de sua lavoura.

Ao longo das primeiras décadas do XIX notaram-se então sucessivas crises e leves crescimentos. Após o término da guerra de independência, os Estados Unidos voltaram ao mercado internacional de algodão e arroz, além disso, outros importantes produtores de algodão, como Egito e Índia, ganharam espaço nesse mercado. Toda essa oferta mundial, segundo Faria (2012), ocasionou uma queda no preço desses produtos. Do mesmo modo, a autora apresenta também a Balaiaada como um dos motivos da crise na produção de algodão, uma vez que “Este movimento se espalhou pela parte oriental do Maranhão, a região mais populosa e de maior produção agrícola da Província [...]” (FARIA, 2012, p. 43). Entretanto, as sucessivas baixas na produção do algodão tiveram como contraponto uma repentina alta nas décadas de 1860 e 1870, graças novamente a conjuntura política estadunidense, dessa vez pela luta abolicionista, tendo a produção alcançado 72.793 sacas em 1872 (FARIA, 2012).

² Ver: Manuel Nunes Dias (1970).

No que diz respeito ao arroz, a produção também sofrera com declínio das exportações: “As exportações de arroz, por sua vez [...] relativas ao ano de 1856, equivalem a um quinto do volume exportado no quinquênio de 1815-1819, período em que foram mais elevados” (FARIA, 2012, p. 44). Essa queda fora suprida pelo aumento do consumo interno, visto que passou a ser utilizado na dieta dos escravizados.

Em vista dessa iminente crise, os produtores maranhenses buscaram novas possibilidades para a lavoura agroexportadora. A cana-de-açúcar passou então, no final da primeira metade do século XIX, a obter incentivo por parte do governo provincial, criando inúmeros mecanismos para tal produção, isso pelo fato de que, em 1836, as Antilhas Inglesas alcançaram a abolição do trabalho escravizado, ocasionando uma temporária desarticulação em sua produção de açúcar. Sendo assim, ocorreu a transferência de parte da máquina produtiva, que outrora se voltava para a cotonicultura, passando então a lavoura de cana-de-açúcar.

[...] na década de 1860 o Maranhão já exportava açúcar. Em 1870, contava com aproximadamente quinhentos engenhos de açúcar. Suas exportações cresceram até meados do decênio de 1880, declinando abruptamente com a abolição da escravatura e estancando nos primeiros anos do século seguinte. A concorrência internacional era, então, muito mais intensa com o crescimento da participação do açúcar de beterraba (passou de 8% da produção mundial, em 1840, para 48%, em 1880) e com a superior qualidade do açúcar de Cuba (FARIA, 2012. p. 46).

Graças a essa nova mudança na economia mundial, atrelada a abolição da escravidão negra em 1888, é que novamente o Maranhão experimentou a estagnação de sua produção, vivenciando ao final do século XIX e início do século seguinte, mais uma crise da produção agroexportadora, marca quase indelével do século XIX para a província.

Sobre a capital, São Luís, é a partir do século XVIII, com a política pombalina, que uma nova lógica colonial foi vista ao norte da colônia portuguesa nas Américas. Até então, São Luís não passava da matriz administrativa dessa faixa do domínio luso, sendo pouco povoada e em condições muito mais rurais do que propriamente urbanas, como passaria a ser reconhecida do final do século XVIII em diante: “São Luís era uma cidade pequena e pobre, com pouco mais de mil habitantes, residindo em rústicas casas, umas de madeira, cobertas com folhas de palmeiras e outras de taipa ou adobe, com cobertura de telhas-vãs” (FARIA, 2012, p. 62).

No início do século XIX, como registra Pereira (2006), São Luís possuía apenas dois bairros: a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e a Freguesia de Nossa

Senhora da Vitória – Praia Grande. Geograficamente, a cidade apresentava dez ruas mal calçadas, que graças à elevação no terreno, exigiam a construção de escadarias por toda São Luís. Sua população contabilizada em cerca de 30 mil habitantes, residia principalmente na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, onde também se localizavam “[...] a Praça do Comércio e os edifícios públicos como o Palácio do Governo, a Contadoria da Fazenda, a Cadeia Pública, a Câmara Municipal e a Casa do Bispo, antigo Colégio dos Jesuítas, contígua à catedral” (PEREIRA, 2006, p. 39).

A capital da então província do Maranhão teve seu cotidiano definitivamente alterado graças ao capital gerado pela lavoura de agro exportação. Vale mencionar que, como aponta Costa (2017), São Luís viveria mudanças estruturais, deixando de ser mera capital militar e administrativa, para se tornar uma imponente cidade urbanizada, contando com inúmeros casarões, símbolos desse acúmulo de capital. Registre-se ainda, a partir da década de 1840, a instalação de inúmeros bancos em São Luís, como “Banco Comercial do Maranhão, em 1846; Banco do Maranhão, 1858; Banco Comercial, em 1869; [...] filiais do Banco do Brasil, do English Bank of Rio de Janeiro Limited [...]” (FARIA, 2012, p. 49).

Em 1844, São Luís já contava com 8 praças, dentre elas: Largo do Palácio; Largo do Carmo; Largo de São João e Praça da Alegria, além disso possuía um quantitativo total de 18 igrejas como: a Igreja da Sé; do Carmo; Santo Antônio; Conceição; São Pantaleão; Nossa Senhora dos Remédios; Mercês; Capela do Cemitério; Capela do Barão de Bagé e Madre Deus. Com relação aos edifícios públicos, ligados principalmente a administração da cidade e da província do Maranhão, havia por volta de 18 prédios tais como: o Palácio do Governo; a Casa da Câmara; Alfândega; o Arsenal; Quartel; Prisão com trabalho e a Assembleia Provincial, além de contar com 6 fontes para abastecimento de água, dentre as mais conhecidas: Fonte das Pedras, Ribeirão e Fonte do Bispo³. Na figura 1, será possível perceber as proporções que a cidade de São Luís detinha em 1844.

³ Todas essas informações constam na planta apensa ao final do livro de José Ribeiro do Amaral, *O Estado do Maranhão em 1896*. Maranhão [São Luís]: s. ed., 1898. Cf. Jomar Moraes, em nota acrescentada à 3^a edição do *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, de César Marques (2008, p. 766).

Figura 1 – Planta da Cidade do Maranhão (São Luís) em 1844⁴



Fonte: Marques (2008, p. 766)

Some-se ainda o melhoramento da infraestrutura da cidade, que principalmente na segunda metade do século XIX receberia

[...] uma infraestrutura de serviços: encanamento e distribuição das águas do rio Anil (Companhia do Rio Anil, de 1850); iluminação a gás (Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, de 1862); bondes puxados à tração animal (iniciados em 1871, três anos depois do Rio de Janeiro). Criou-se, ainda, a Companhia Aliança de beneficiamento e armazenamento de algodão (em 1873), o Engenho Central de São Pedro (inaugurado em 1884) e as unidades fabris, com predomínio das têxteis (instaladas nos decênios de 1880 e 1890) (FARIA, 2012, p. 50).

⁴ Autoria desconhecida.

Além da questão estrutural, houve ainda a implementação de práticas sanitárias, voltadas para o controle principalmente de epidemias, como a de varíola. Locais públicos como hospitais, cemitérios, escolas, mercados, cadeias e cortiços foram alvo de intensa ação, na tentativa de se evitar a proliferação de doenças. Os cortiços, especialmente, foram condenados, segundo a lógica higienista, por acomodarem grande contingente de moradores, impedindo assim a circulação de ar. Logicamente, a população mais pobre fora o principal alvo dessas práticas, uma vez que "[...] parte de seus hábitos de moradia, de trabalho e mesmo de lazer era tida como anti-higiênica" (COSTA, 2017, p. 100).

Em relação aos cortiços, vale salientar que foram alvos constantes das teorias médicas das últimas décadas do Oitocentos. Apregoava-se ser esse tipo de habitação, local de propagação e contaminação de doenças. Os vários surtos de varíola, por exemplo, eram constantemente associados a essas localidades. Em São Luís, muitos cortiços localizavam-se na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, o que preocupava a sociedade como um todo, na medida em que coexistiam com os luxuosos casarões, e com o centro comercial e administrativo da cidade. Assim, era preciso combater a existência desse tipo de habitação em São Luís, levando em consideração a mesma lógica urbanística empreendida na corte, de afastamento dos pobres das áreas mais centrais da cidade, uma vez que "[...] os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo" (CHALHOUB, 1995, p. 29), isso graças ao surgimento da *ideologia da higiene*⁵.

De volta à questão da composição étnico social da população da província, o supracitado *boom* econômico acabou por atrair uma numerosa leva de portugueses, dentre eles, açorianos, como assevera Faria (2012, p. 62). Isso graças a atraente possibilidade de ganhos econômicos ligados ao abastecimento externo de manufaturados.

Aliado a esse deslocamento, temos ainda a entrada de africanos escravizados para o abastecimento da mão-de-obra, necessária principalmente nos campos de produção. Se por um lado, até o século XVIII, os indígenas eram a principal fonte de mão-de-obra, apesar das críticas da Igreja, é a partir dessa nova lógica de produção que o trabalho escravizado dos africanos se tornou um dos pilares econômicos maranhenses, tendo já no ano de 1821 o número de 84.534 escravizados no Maranhão, de uma população total de 152.893, de acordo com Lago (1822). Segundo Assunção, "[...] o mais

⁵ Termo cunhado por Sidney Chalhoub para explicar as políticas higienistas empreendidas no século XIX como um pressuposto para a civilização. Ver: Chalhoub (1996).

alto índice na história do Maranhão, e, nesse momento, também o mais alto da nação que estava declarando sua Independência” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 61).

Ao longo da primeira metade do século XIX, o que se nota é a crescente entrada de africanos escravizados no território maranhense, chegando a representar cerca de 51,6% de toda população em meados de 1841 (FARIA, 2012, p. 64). Todavia, com a proibição do tráfico transoceânico em paralelo ao tráfico interprovincial para a região sul do Brasil, essa porcentagem teve drástica queda. Yuri Costa (2017, p. 96), tomando como base os apontamentos de Antônio Cândido de Moraes Rego, assinala que esse quadro sofreu grande alteração. A população escravizada, deixava de ser maioria, e em 1875 representava somente 21,2% da população total do Maranhão, tendo ainda decaído até o fim legal da escravidão, em 1888.

Aliado a essa conjuntura, temos a entrada de migrantes na província do Maranhão, ainda que, como esclarece Costa (2017), não se possa dizer que essa leva de migrantes tenha influenciado a formação populacional maranhense. Entretanto, segundo Assunção (2015), várias levas de nordestinos adentraram o Maranhão, como exemplo, o autor apresenta a Guerra de Independência no Meio-Norte (1822-23), em que muitos dos soldados cearenses e piauienses, após os conflitos, permaneceram no Maranhão. Observa ainda que: “A seca de 1825 no Nordeste resultou em outra onda migratória. Dessa vez, famílias inteiras vieram para o Maranhão” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 78).

Ressaltamos ainda a chegada de cearenses em território maranhense, segundo Costa (2017), graças à política de “prestação de socorro”, uma vez que a província do Ceará sofrera com inúmeros processos de drástica seca ao longo do século XIX, ou seja, esses indivíduos que aqui chegaram serviriam para suprir principalmente a falta de mão-de-obra na lavoura. Já Regina Helena Martins de Faria registra que além dos cearenses, o Maranhão recebeu uma leva de nordestinos de modo geral.

[...] vinham fugidos de perseguições políticas, de ajuste de contas com a justiça [...] ou das secas inclemtes que assolavam, de tempos em tempos, o chamado “polígono das secas”. Só nos oitocentos foram dez. Na grande seca de 1877-1879 – a “maldita dos três sete” -, mais de 20.000 “retirantes” entraram no Maranhão [...] (FARIA, 2012, p. 68).

Vale mencionar que, principalmente a partir de 1850, ocorreu o incentivo a imigração, principalmente europeia, por parte do governo para que colônias fossem formadas. “A partir de 1851, houve a edição de leis provinciais que disponibilizaram orçamento para a instalação de colônias baseadas no trabalho imigrante. Entre 1853 e 1855, um total de 887 colonos chegaram ao Maranhão [...]” (COSTA, 2017, p. 97).

Por fim, cabe lembrar o crescimento da população livre, que já habitava a província. No recenseamento feito em 1821, a população livre contabilizava 68.359 pessoas, de um total populacional de 152.892, ou seja, 44% de todos os habitantes; duas décadas depois, pequena mudança fora sentida, em 1841 a população livre crescerá para 48% da população total, contabilizando 105.147 habitantes; já em 1872, o quadro se modificara efetivamente, 284.101 pessoas livres representavam 69,2% de toda a população da província (LAGO, 1822; MIRANDA, 1841; BRASIL, 1872).

Esses dados apontam para uma mudança no estrato social, ao longo do Oitocentos. Isso se deve, especificamente, a alguns motivos: queda no número de escravizados, seja pela proibição do tráfico transatlântico, pelo tráfico interprovincial para as províncias do sul, ou mesmo pelo número crescente de alforrias alcançadas pelos escravizados; e crescimento vegetativo da população livre, ou seja, os que aqui chegavam constituíram família e acabaram por se reproduzir, gerando assim o crescimento dentro dessa classe.

Tabela 1 – População do Maranhão – 1821/1887

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1821	68.359 (44,7%)	84.534 (55,3%)	152.892 (100%)
1841	105.147 (48,4%)	111.905 (51,6%)	217.054 (100%)
1872	284.101 (69,2%)	74.939 (20,8%)	359.048 (100%)
1887		33.446	

Fonte: FARIA (2012, p. 65).

Com base nos dados apresentados, consideramos a formação social maranhense permeada de especificidades, ou seja, diferente de outras províncias, principalmente do sudeste cafeicultor. O Maranhão pouco recebeu colonos europeus, apesar das políticas de incentivo, principalmente na segunda metade do século XIX. Em contrapartida, temos uma migração considerável de nordestinos, fugindo principalmente

da seca, além é claro do crescente número de alforrias alcançadas pelos negros escravizados, nas últimas décadas do século XIX, que passaram a compor a classe dos livres.

Tratar apenas dos livres e escravizados como os grupos sociais que compuseram o Maranhão não nos parece correto, haja vista que assim estaríamos fazendo uma análise superficial. Nesse sentido, é preciso esmiuçar cada um desses grupos, para assim perceber a composição da sociedade maranhense, tendo em mente que esses grupos mantinham entre si relações de poder em seu cotidiano, e que essas relações se davam de formas múltiplas, gerando uma cadeia de poder entre aqueles que possuíam o capital e aqueles que eram então subjugados, ou seja: “Uma sociedade em que mais da metade de seus componentes vive sob o estigma da escravidão gera relações elitistas e estratificadas” (FARIA, 2012, p. 68).

Dentro do que chamamos genericamente de “livres”, temos aqueles que pertencem às classes dominantes, ou seja, indivíduos brancos detentores do capital que girava em torno da agro exportação, seja de algodão, arroz ou cana-de-açúcar. Esses são os grandes produtores e comerciantes, que exerciam dominação política, econômica e ideológica sobre os demais maranhenses. Ainda que minoria, suas posses, quer nas grandes faixas de terra para a monocultura utilizando os braços da escravidão negra, ou nos grandes casarões na capital São Luís, demonstravam a força desse grupo social e compunham sua ideologia de dominação.

No cotidiano da estrutura social escravista maranhense, os ricos comerciantes e os proprietários rurais: fazendeiros de algodão e donos de engenhos de açúcar se comportavam baseados no desejo de serem reverenciados. O prestígio e a visibilidade social dessas classes estavam assentados na riqueza gerada pela agricultura mercantil de exportação, na posse de muitos escravos e no sumptuoso estilo de morar; em casarões coloniais nas cidades de São Luís e Alcântara, ou em vivendas (Casas-grande) no interior da província. Acrescente-se ainda o hábito de enviar os filhos homens para estudarem na Europa, sobretudo em Portugal, França ou Inglaterra, por distingui-los das classes trabalhadoras (PEREIRA, 2006, p. 31).

Para além dos conflitos dentro dessa classe, convém ressaltar que, no que diz respeito à lógica de funcionamento social e controle ideológico, a classe dominante açãoava inúmeros mecanismos para manutenção de seu poder, como por exemplo, a utilização da imprensa como veículo propagador ideológico. Um desses mecanismos está ligado ao fato de que muitos desses indivíduos acabavam por compor a elite política da província. Em outras palavras:

[...] o poder privado se confundia com o poder público. Os ricos comerciantes e os proprietários rurais, isto é, prósperos lavradores de algodão, para garantirem a realização de seus interesses de classe, influíam na política local

elegendo vereadores, deputados e senadores, intervindo no resultado de eleições, indicando pessoas para ocuparem cargos da burocracia pública local ou na Corte. Essa engenharia política se sustentava por meio de uma complexa rede de compromisso permeada por laços de amizade e matrimoniais constituídos entre as famílias ricas, tal como ocorria em outras províncias brasileiras (PEREIRA, 2006, p. 33).

Em relação aos pobres livres, no campo, realizavam atividades apenas para subsistência, como pesca, caça e pequena produção alimentícia. Para além dessas atividades, também estavam ligados a lavoura de agro exportação, na medida em que acabavam por ser empregados em funções específicas dentro das grandes propriedades, como sinaliza Pereira (2006), trabalhando como feitores, capitães do mato ou mesmo na formação de milícias particulares; já os pobres livres que residiam em São Luís, realizavam pequenos ofícios, sem que tivessem, na maioria das vezes, uma ocupação regular, gerando grande preocupação para as classes dominantes, uma vez que

[...] os administradores preocupavam-se em reforçar as medidas de combate à ociosidade entre os sujeitos pobres. Era preciso enfrentar o problema da preguiça, da indolência, da ociosidade e do ‘pouco amor ao trabalho’, elementos que, na concepção dos grupos dominantes, eram muito comuns nos sujeitos livres [...] (LIMA, 2015, p. 184-185).

No tocante aos escravizados, temos duas principais divisões segundo a lógica do trabalho: os escravizados do eito e os urbanos (PEREIRA, 2006, p. 35). Os primeiros eram aqueles indivíduos destinados ao trabalho nas fazendas para grande produção agrícola; já os urbanos, eram ligados às cidades como São Luís, e exerciam funções das mais diversas, como o trabalho na construção civil, como carregadores, marceneiros, e no comércio informal, dentre outras funções. Voltaremos a essa questão.

1.2 São Luís: uma cidade negra

Ainda que a historiografia maranhense apresente um forte declínio da população escravizada⁶, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, ligada ao fim do tráfico transoceânico e ao tráfico interprovincial para a lavoura cafeeira do sudeste, além é claro, do crescente número de alforrias, é possível afirmar que a presença dos escravizados em São Luís se deu de forma marcante, não só pelo quantitativo que, segundo Diniz (2005, p. 20 apud SOUSA, 1996, p. 20), girava em torno de 7.020 de uma

⁶ Nesse sentido, vale ressaltar trabalhos como: Ribeiro (1990); Jacinto (2015).

população total de 31.664 habitantes na capital em 1872, mas também por toda sua carga cultural, religiosa, linguística e social.

Na São Luís oitocentista, os escravizados e negros livres circulavam pelas ruas da cidade, principalmente exercendo tarefas que lhe eram conferidas. Ademais, os espaços públicos eram locais também para sociabilidade desses indivíduos, uma vez que “[...] as ruas, as esquinas e os becos eram lugares para muitas coisas. Os trabalhadores escravos os constituíam como território para as suas experiências de trabalho, intriga, vingança, mas também, para viverem a paixão e o lazer” (PEREIRA, 2006, p. 44). Contrariando a perspectiva dos escravocratas, os negros escravizados não subjetivaram a questão da “coisificação do indivíduo”.

Dessa forma, na questão religiosa, por exemplo, temos segundo Ferretti (2009), a constituição ainda no final da primeira metade do século XIX da Casa das Minas⁷, considerada a casa de religiosidade afro mais antiga e tradicional do Maranhão, com sua lógica de funcionamento estabelecida segundo o matriarcado, ou seja, comandada por mulheres negras. A Casa das Minas, desde sua fundação, localizava-se na região central de São Luís, e reunia considerável quantidade de escravizados e negros livres, movimentando toda essa região com suas festividades, principalmente a Festa do Divino Espírito Santo.

Registre-se ainda a brincadeira do bumba-meu-boi como traço marcante da população negra, escravizada ou livre, do Maranhão. Em São Luís, conforme Costa (2011), o folguedo⁸ era terminantemente proibido de acontecer no centro da cidade, haja vista que era tido como “uma manifestação que só traria o caos público, por ser típica de negros bagunceiros dados a produzir zoada e bebedeira” (COSTA, 2011, p. 4). Com raras exceções concedidas graças à intervenção de indivíduos influentes da sociedade ludovicense, permitia-se e, por vezes, patrocinava-se a brincadeira, desde que se obtivesse a prévia autorização policial.

Uma sociedade que se queria “europeizar” não poderia permitir tais traços da população negra. Para tanto, é que por meio da força de lei, dos chamados Códigos de Postura, estabelecidos em 1842 e 1866, eram os escravizados e negros livres proibidos de se aglomerarem, de realizarem reuniões em bares, consumirem bebidas alcoólicas e mesmo de permanecerem nas ruas após determinado período noturno. Tudo isso na

⁷ Sobre mais informações a respeito da fundação, lógica de funcionamento e origem, ver: Ferretti (2009).

⁸ Folguedo é uma festa popular tendo como principal característica a marcante presença de música, dança e encenação teatral. Ver: Cascudo (1954).

perspectiva de coibir a vigência de qualquer marca cultural africana ou afro-brasileira, além, é claro, do constante medo de um possível levante.

Como já observado, em relação ao trabalho escravizado, a historiografia classicamente tem definido dois âmbitos de trabalho: urbano e do eito. No que se refere aos escravizados urbanos, temos a divisão entre os que eram chamados de escravizados “de ganho” e os de “aluguel”. Essa divisão se dava no sentido de que, segundo Pereira (2006), os primeiros, por não possuírem especialização profissional, ou seja, por não terem sido instruídos em uma determinada profissão, acabavam por realizar toda e qualquer função dentro da lógica e oferta de trabalho no cotidiano da cidade. Sendo assim, esses indivíduos acabavam exercendo tarefas como: transportador de mercadorias e de pessoas, estivadores, condutores de pequenas embarcações, além de no caso específico das mulheres, no trabalho doméstico em geral, vendedora de alimentos e amas-de-leite.

Já aqueles que trabalhavam na condição de aluguel, exerciam trabalhos mais específicos, eram instruídos por seus senhores nas práticas e métodos de uma profissão, sendo assim, realizavam ofícios principalmente ligados às obras públicas. Por terem uma especialização de ofício, conforme Pereira (2006), geralmente tinham uma valorização monetária maior em comparação com os de ganho, entretanto não controlavam o seu tempo de trabalho.

A dinâmica vivenciada em São Luís, no que diz respeito ao trabalho exercido pelos cativos, representava bem o que acontecia em parte do território brasileiro, na medida em que as grandes cidades sofriam esse processo. Em contrapartida, outras localidades do império vivenciavam outros processos como a expansão rural ligada, principalmente, a lavoura de café. Entretanto, vale ressaltar que, como a província do Maranhão vivia então uma crise na produção agrícola, tornara-se caro possuir um escravizado. Nesse sentido, entendemos a dinâmica de funcionamento dos escravizados de aluguel como um mecanismo possível de ser acionado, cumprindo a função de possibilitar o uso comum de um cativo, ou seja,

O aluguel de escravos foi uma forma encontrada para tornar a mão-de-obra escrava mais lucrativa, atendendo as demandas do momento de quem não podia comprar um escravo ou, quando a necessidade fosse temporária o aluguel representaria uma boa opção (DINIZ, 2005, p. 35).

No cotidiano desses cativos, era comum circular por toda a cidade de São Luís, ocasionando assim momentos em que ficavam longe da vista de seus senhores. O controle nesses momentos geralmente era feito pela força policial, que por vezes não

conseguia dar conta de tantos escravizados andando pelas ruas da cidade. Essa falsa liberdade faz crer inicialmente em uma relação mais branda, se comparada com outras formas de sujeição, entretanto, o que acontecia eram formas outras de controle e punição: aos escravizados de ganho, por exemplo, eram estipuladas cotas de arrecadação diária por seus senhores, caso esse cativo não conseguisse angariar esse quantitativo, sofreria com duras penas ao fim do dia.

Já para o escravizado de aluguel, esse controle se dava de forma mais restrita. Esses indivíduos, geralmente locados para cumprir funções domésticas ou trabalhar em obras públicas, estavam sempre acompanhados do locatário, ou mesmo de um encarregado, responsáveis assim pela produtividade do cativo ao longo do dia ou do período de locação. Nesse sentido, pouca ou quase nenhuma mobilidade esses escravizados detinham.

As questões envolvendo a escravidão ganharam espaço na imprensa ludovicense na últimas décadas do século XIX, isso porque os ideais de progresso social passaram a estar vinculados, por exemplo, ao trabalho assalariado, tornando assim a escravidão um traço negativo para uma sociedade que se queria moderna. A imprensa passou então a ser palco constante de debates em torno da supressão ou não do sistema escravista. Aqueles que defendiam sua substituição estavam baseados nas ideias do liberalismo político e econômico. Segundo Pereira (2015, p. 444), esses indivíduos podiam ser divididos entre os abolicionistas e os emancipacionistas.

Os emancipacionistas pregavam a substituição do trabalho escravizado de forma lenta e gradual, sendo pagas indenizações aos proprietários. Para esses, a estrutura social não deveria sofrer drástica mudança, pois poderia criar sérios problemas para a sociedade. Já os abolicionistas, apregoavam a desagregação total e imediata do sistema escravista. É preciso salientar que essa divisão se dava principalmente no campo ideológico e das relações sociais. A saber, segundo Pereira (2015), os emancipacionistas geralmente faziam parte ou estavam ligados as classes dominantes, logo, defendiam suas causas e bandeiras; já os abolicionistas, geralmente defendiam a desagregação imediata por partirem dos princípios levantados pela Revolução Francesa de “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Ao longo de todo território brasileiro, a imprensa⁹ participou ativamente do debate sobre a questão servil, não apenas como mero veículo difusor de ideias, mas como agente ativo no processo de construção dos acontecimentos que se sucederam ao longo do século XIX, levantando intensos debates em torno dessa temática e compondo, como afirma Darnton (1996, p. 15), como personagem ativo na construção da realidade que registrava.

No Maranhão, não faltaram jornais que em suas páginas discutissem essa questão. A década de 1880 é para tanto o marco aqui tomado, isso porque segundo Pereira (2006), é nesse momento que as classes dominantes resolvem debater, por intermédio da imprensa periódica, a crise do sistema agroexportador, e por consequência uma de suas principais bases, a escravidão. Era preciso buscar soluções para a crise vivenciada na província no final do Oitocentos, de modo que

[...] as representações da escravidão foram a expressão de emoções, de idéias e de propósitos orientados pelas injunções da realidade social, histórica e cultural constituídas no âmbito do processo de decadência da agricultura mercantil de exportação (PEREIRA, 2006, p. 16).

Uma das primeiras representações dos negros escravizados na província do Maranhão aparece no jornal *A Flecha*, primeiro periódico sistematicamente ilustrado produzido em São Luís. Segundo Jomar Moraes (1980), de forma satirizada, saiu a público com a intenção de debater “as grandes causas” que estavam em disputa na sociedade brasileira, isso porque Celso Magalhães e Manuel de Bethencourt, proprietários do jornal, inspirados em ideias como o materialismo científico, evolucionismo, determinismo e liberalismo, colocaram *A Flecha* para debater questões como a possibilidade republicana, a abolição da escravatura e a alta carga tributária imposta pelo governo provincial.

No jornal citado, damos destaque às representações construídas sobre os escravizados urbanos, como já ressaltado anteriormente. Era terminantemente proibido aos cativos e negros livres consumir bebidas alcóolicas ou se reunir em bares ou qualquer tipo de aglomeração. Entretanto, a força de lei nem sempre se fazia eficaz na capital, consideramos assim a ilustração a seguir como uma das várias representações do cativo urbano, com tom de denúncia, característico das classes proprietárias, em relação ao incômodo provocado por esse segmento social.

⁹ Como exemplo, temos os jornais: *O Homem de Cor* ou *O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente* na capital do império; *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* em Recife; *A Pátria* e *O Progresso*, em São Paulo; *O Exemplo*, em Porto Alegre. Ver: Pinto (2010).

Figura 2 – Ilustração satirizada de um negro bêbado no século XIX.



Fonte: *A Flecha* (nº 34, 24 março 1880, p. 8).

Pereira (2015) enumera outros três jornais ludovicense que discutiam a questão do sistema escravista: *Diário do Maranhão*, *O Paiz* e *A Pacotilha*. Para o autor, é possível fazer uma distinção entre os articulistas desses jornais. Os editores dos dois primeiros seriam classificados como emancipacionistas, uma vez que pregavam:

[...] por meio desses periódicos, análises e propostas a respeito da escravidão na perspectiva de sua abolição de acordo com a visão de mundo de antigos proprietários rurais. Por isso, eles eram a favor de um processo abolicionista sem trauma e abalos na estrutura social e, por extensão, dos elementos que asseguravam a reprodução das relações de dominação até então vigentes, isto é, a propriedade privada da terra e a indenização do capital imobilizado na escravaria (PEREIRA, 2015, p. 445).

Já *A Pacotilha*, se distinguiria como abolicionista, ou seja:

[...] seus articulistas, embora fossem, também, protagonistas da imagem de uma “crise geral” associada à permanência da escravatura, apresentavam uma posição diferenciada em relação à dos jornais *Diário do Maranhão* e *O Paiz*. Ao se credenciarem como a vanguarda da modernidade maranhense, contribuíram para a construção e a difusão da nova racionalidade em que se assentariam as relações de poder ao ser superado o estado de decadência da agricultura mercantil (PEREIRA, 2015, p. 445).

Outro jornal, a *Carapuça*, saiu à luz em 1884. Esse órgão da imprensa maranhense se intitulava abolicionista, e ao longo de suas páginas apregoava o fim imediato do sistema escravocrata, evocando a sociedade a se reunir em prol dessa luta e possibilitar o verdadeiro progresso que tanto se sonhava. Sobre a *Carapuça*, fonte e objeto primordial para esse trabalho, nos debruçaremos mais adiante.

2. A IMPRENSA ARTESANAL MARANHENSE

Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há de oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva inteiramente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço [...] (Decreto de 31 de maio de 1808 apud SODRÉ, 1966, p. 22).

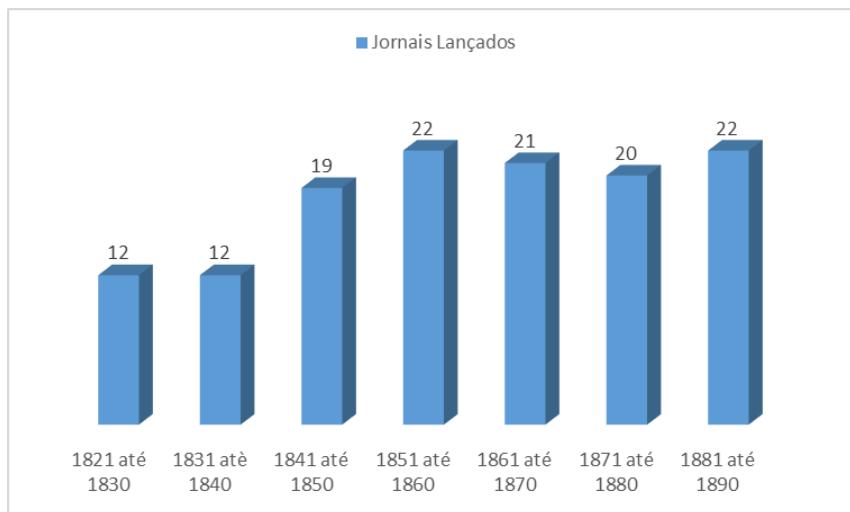
Através do “ato real de maio” instaurou-se em 1808, tardiamente se comparado a outras colônias na América, a imprensa na então colônia portuguesa, isso graças à forma de colonização implantada que, dentre outros fatores, coibiu a existência e circulação de impressos, folhetos e livros até a chegada da Corte de D. João no Rio de Janeiro. No mês seguinte, uma junta foi criada para administrar a Imprensa Régia, além de ser um órgão regulamentador de tudo que fosse impresso, ou seja, a imprensa nasce no Brasil sob a tutela da monarquia e nos braços da censura. Em 10 de setembro do mesmo ano, era publicado o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O Maranhão ainda esperaria treze anos pela instalação de uma tipografia, somente em novembro de 1821. Por ordem do então governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, a Tipografia Nacional do Maranhão foi instalada e o *Conciliador* passou a circular de forma impressa¹⁰. Segundo Galves (2010, p. 74), a decisão de implementar uma tipografia no Maranhão estava ligada a conjuntura política da Revolução do Porto. Em posição delicada, o governador resolveu então permitir a criação da tipografia e, mais que isso, passou a usar a imprensa como um meio de legitimidade de seu poder. Dessa forma, seria possível controlar e construir certa opinião pública em torno de sua administração.

Atividade eminentemente urbana, a imprensa maranhense acompanhou o crescimento da província do Maranhão e de sua capital, já salientados no capítulo anterior. Ao longo do século XIX, nota-se a crescente presença de periódicos produzidos na província maranhense. Com base no *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite* (BPBL), considerado para o período de 1821, início da atividade tipográfica na província, até 1890, término da década em que circulou a *Carapuça*, temos os seguintes dados:

¹⁰ Segundo Marcelo Cheche Galves, o primeiro número do *Conciliador* saiu às ruas no dia 15 de abril de 1821, de forma manuscrita, passando a ser impresso apenas em novembro, com a abertura da Tipografia Nacional do Maranhão. Ver: Galves (2010).

Gráfico 1 – Quantitativo de jornais lançados entre 1821 e 1890



Fonte: *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)*.

Vale mencionar que, segundo Sodré (1966, p. 6), a imprensa pode ser dividida entre artesanal e industrial. Para o autor, de forma restrita e isolada é possível perceber e articular o desenvolvimento da imprensa com o desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, ao longo do século XIX ficaria então a imprensa caracterizada como artesanal, isso graças as suas características técnicas: a dependência de órgãos públicos ou de recursos próprios, de certos grupos políticos, a pouca longevidade, a ausência de um processo industrial de produção mais consolidado e a ausência de um público consumidor ou anunciante, capaz de sustentar o jornal ou caracterizá-lo como um “meio de comunicação de massa”.

Levando isso em consideração é que utilizamos o conceito de artesanal para caracterizar a imprensa maranhense oitocentista, e mais especificamente, a *Carapuça*. Nas páginas que se seguem traçaremos uma análise sobre a forma e conteúdo do periódico, consideramos importante, antes de adentrar efetivamente no debate abolicionista de que é caracterizada a *Carapuça*, compreender os aspectos do jornal, quer internos ou externos.

2.1 Das questões internas

Quinta-feira, 12 de julho de 1884, saia as ruas a primeira edição da *Carapuça* – *Orgão de todas as classes*, jornal crítico e noticioso que em suas páginas passaria a defender a efetiva abolição da escravidão, considerada como o único meio possível para alcançar a tão sonhada modernização da sociedade maranhense. Contando sempre com quatro páginas, bissemanal, suas edições saiam entre as quartas e domingos de cada

semana, com tiragem de mil exemplares por número. Não possuía elementos iconográficos de qualquer tipo e se dizia propriedade de uma associação. Em nenhuma das edições foi possível identificar seu proprietário, editor ou redator. Supomos que isso se deva ao caráter intensamente antiescravista empregado em suas páginas: em uma sociedade ideologicamente escravocrata, pregar seu término seria perigoso e, portanto, esconder suas identidades poderia funcionar como um mecanismo acionado para autoproteção.

Logo no seu primeiro número, a *Carapuça* trazia em sua primeira página a coluna Carapuça, que voltaria a aparecer em mais quatro números, dedicada nesse primeiro momento a apresentar a missão do jornal

Como um desses phenomenos que primão pela raridade, apparece a Carapuça não pleiteando um dos primeiros lugares na arêna jornalistica, porque para isso lhe falta habilitação, mas como simples defensor dos direitos postergados diante da ambição desmarcada e da ingratidão atirada as faces d'aquelles a quem devem relevantes serviços.

Atravessamos uma quadra bastante aterradora por falta de trabalho, e ainda uma vez atirados ao mundo das necessidades, não tivemos outro recurso senão a criação d'este periódico, para dele tirarmos um meio de subsistencia. É verdade que no centro de tanta corrupção e ingratidão para com os filhos de Guttemberg, ainda existem corações generosos e mãos bemfacejas que apontando-nos o espaço infinito nos diz: - alli Deus, e aqui os meus recursos terrenos para amparar os meus semelhantes.

Ao publico em geral pedimos a sua valiosa proteção para o sustentaculo do nosso jornalzinho, e como a justiça é o caracteristico da bondade, esperamos seja bem acolhida essa nossa empresa (*Carapuça*, nº 1, 12 jun. 1884, p. 1).

Chamamos a atenção para o fato de a coluna apresentar o jornal como um órgão da imprensa que não entrava em cena buscando os “primeiros lugares da arena”, porque não possuía habilitação para tanto. Uma pista sobre essa suposta falta de habilitação aparece ainda no primeiro número, na sessão *Annuncios*, quando divulgam estar aberta a vaga de compositor da *Carapuça*. Se o jornal já esclarecia ao leitor suas dificuldades técnicas, também deixava claro que não seria um impeditivo para o cumprimento de sua missão: a defesa daqueles que teriam seus “direitos postergados”, que estariam em situação servil, e viviam sob o peso da escravidão.

Ao mesmo tempo, ao final do texto é possível perceber uma das características, segundo Pereira (2007, p. 86), da imprensa maranhense naquele momento: muitos jornais viviam dos recursos de seus proprietários e dependia da venda de certa quantidade de exemplares, razão para que o redator da *Carapuça* clamasse pelo bom acolhimento daquela empresa.

Além da coluna *Carapuça*, o periódico apresentava ainda outras colunas fixas, como a *Liberdade – a escravidão e o abolicionismo*, dedicada aos ideais abolicionistas e que apareceu em um total de cinco dos doze números do jornal, sempre na primeira página, indício do grau de importância e centralidade que o debate abolicionista detinha para a *Carapuça*.

Figura 3 – Página de número um da primeira edição da *Carapuça*



Fonte: Acervo de periódicos da BPBL.

Outra coluna, de nome *Badaladas*, era consagrada aos temas do cotidiano maranhense. Com textos de dimensão variada, versava sobre práticas religiosas,

administração pública, eventos da cidade de São Luís e noticiava sobre crimes ocorridos em toda a província. Muitos destes textos tratavam dos embates em que se envolvia a *Carapuça* sobre a escravidão e o seu término, por exemplo, com o *Diario do Maranhão*, jornal de grande circulação que foi alvo de duras críticas pelos seus posicionamentos e por suas ligações com escravocratas¹¹. A coluna também dedicava espaços a notícias, sobre maus tratos aos cativos.

A coluna *Secção Livre* apareceu em todos os doze números da *Carapuça*, com conteúdo variado, incluindo fofocas e maldizeres. Era aberta ao público que quisesse escrever para alguém ou sobre algo, normalmente sob a proteção de pseudônimos, como *Maroquinha, A Sentinella, Um visinho e O homem do violão*. Vejamos um exemplo

Rua da Mangueira

Pedimos á umas mulheres da vida alegre, que moram nesta rua, que façam o favor de respeitar á vizinhança, porque ninguém é obrigado á aturar umas meretrizes, que dormem durante o dia, e tiram a noite para por em actividade toda a sorte de bandalheiras.

Se continuarem assim, havemos de obrigar as *senhoras Genebras* a deixarem o aposento que teem no centro da cidade e procurarem abrigo em qualquer dos curtiços que ha nos arrabaldes.

As victimas.

(*Carapuça*, nº 2, 14 jun. 1884, p. 3).

A coluna *Expediente* trazia informações sobre a assinatura mensal, que custava 1\$000 réis, o número avulso por 40 reis. Informava também o local de impressão, para onde deveria ser remetida qualquer correspondência: *Typographia Conservadora*, na rua de S. João, nº113. Os anúncios, para aqueles que fossem assinantes, seriam gratuitos; para outras publicações o valor seria de 20 reis por linha e para os que não fossem assinantes, sairia por 40 reis a linha. O pagamento deveria ser realizado no momento de entrega, até às 13 horas para a publicação no número do dia; caso contrário, seria publicado apenas no número seguinte, devendo ser entregue ao encarregado da tipografia, Saturnino Ramos da Cunha.

Na última página da *Carapuça* apareciam os *Annuncios*, que em sua maioria eram de comerciantes locais, mas também se anunciava vagas de emprego, como de vendedor da própria *Carapuça*, ou ainda prestação de serviços domésticos. Chama-nos atenção a presença constante de alguns anunciantes, como a Casa do Diabo, que localizava-se na rua do Sol, e o estabelecimento dos Irmãos Guimarães, na rua Grande.

¹¹ As críticas da *Carapuça* ao *Diario do Maranhão* podem ser consultadas nas edições de número 1, 2, 5, 9 e 10.

Por vezes, um mesmo anunciante ocupava mais de um espaço da coluna. Talvez por possuir pouca técnica e simples diagramação em seus anúncios, o mecanismo comumente acionado para chamar a atenção do leitor era posicionar o anúncio de forma vertical. Vejamos um exemplo da última página do periódico, onde se localizava os *Annuncios*:

Figura 4 – Página de número quatro da oitava edição da *Carapuça*

CARAPUÇA

ANNUNCIOS.

CASA

JAPONEZA.

CHARUTOS! CHARUTOS! vindos pelo ultimo vapor. Receben este estabelecimento das seguintes marcas, e vendem-se por preços rasoaveis.

DE CARDOSO [Exposição, finos e Perolas. LEAL SOBRINHO. Exposição, 1, 2 Parizenses. Operetas. Paraguassuano. Cata-flores. Flôr Imperial e Imperadores]

COSTA FERREIRA Bismarks, Perolas, Regalia britanica, Liberdade, Havaneiros, Fluminenses, Normas, Especias, Palmeiras. Rua do Sol, em frente ao Theatro.

— Irmãos Guimarães —

VENDEDORES

Precisa se de meninos para vender a *Carapuça*. É um jornal que tem uma grande circulação; por isso a venda é infalível. O vendedor mais assíduo terá direito a uma gratificação no fim de cada mês. Só admitiremos vendedores que sejam fieis, e morigerados.

CASA DO DIABO

Despachou-se para este estabelecimento, os seguintes: Ameixas em vidros. Azeitonas em latas. Biscuits Marie em latas e meias ditas. BITTER. Cognac de todas as qualidades. CHARUTOS de todas as qualidades e marcas Cerveja, fria a qualquer horas e todas as qualidades. Chocolate em latas. Fumo Baependy de 5 a 10 kílo em latas CAXIMBOS. Goiadada. Graxa Nubian. Licor Cominillo, Cacau, Anizette e Rosa. PHOTOMOBILES. Vinho

Bordeaux, Champagne, Chambertin, Lacrima Chiste. Verde, Madeira, Moscatel. Vermont Torino. Tudo vende em conta porém a DINHEIRO.

Rua do Sol, defrente do Theatro n. 21 porta encarnada e preta

IRGILIANO BELLO & C. com violaria a rua de Sant' Anna, promptificam toda e qualquer obra como sejam: viola, violão, cavaquinho, guitarra. Recebem-se encomendas, garantindo-se a maxima promptidão.

VINHO

Os Irmãos Guimarães, à rua Grande, vendem excelente vinho, proprio para meza.

A RUA DA FORCA VELHA, n. 31 vende-se doces de goiaba, em porção e a retalho.

CALÇADOS! CALÇADOS!

GRANDE SORTIMENTO E PECHINCHA !!

Botinas para homem um par 7\$000. Sapatos para homem com elástico 6\$000. Ditos de lona 5\$000. Ditos de charlot com salto 2\$500. Ditos da dito sem salto 2\$000. Chinelos de tapete para senhora 2\$500.

Vendem os

IRMÃOS GUIMARÃES.

Rua Grande em frente a rua de S. Pantaleão.

45\$000

E' por quanto vende-se uma máquina de costura—Singer—em perfeito estado. N'esta typographia informa-se quem vende.

OSTURAS—Na praça do Mercado, casa n. 25, promóftica-se toda e qualquer costura, com maxima brevidade e aceio. Preços inexcedives.

AGUARDENTE DE GENIPAPO.

Esta escorregadia pinga, encontra-se na casa commercial dos Irmãos Guimarães. E' de fazer lambher os beiços e estalar a lingua!

Approveitem a pechincha.

Rua Grande n. 71.

COMPRA-SE O NUMERO 2 DESTE JORNAL.

Nesta typographia.

IMP.—LADISLAO AYRES R. GOMES.

Fonte: Acervo de periódicos da BPBL.

2.2 Das relações externas

Lançado em 1884, como já mencionado, a *Carapuça* insere-se num contexto nacional de debate sobre os caminhos que tomaria o Brasil no final do século XIX. Uma das bases do então sistema econômico era a escravidão negra, também um dos principais assuntos debatidos em âmbito nacional, haja vista que, com o fim do tráfico transatlântico, a lei do Ventre Livre e as crescentes pressões pela substituição da mão-de-obra servil pela assalariada, o tema passou a ser discutido em todos os âmbitos da sociedade. No Maranhão, aliam-se a essas questões as repetidas crises no sistema agroexportador e o tráfico interprovincial para as lavouras de café do sudeste do Império.

Em meio a essas questões em voga na sociedade é que a imprensa como um todo passa a discutir a questão servil em suas páginas, partindo de diversos pressupostos e defendendo quer o seu fim, por mecanismos distintos, ou a sua manutenção. A *Carapuça* entra nessa disputa levantando a bandeira do fim imediato da escravidão e, provavelmente por essa defesa ser tão incisiva, teve curta duração: de 12 de junho de 1884 a 20 de julho do mesmo ano, ou seja, pouco mais de um mês, de atuação restrita a cidade de São Luís. Além disso, nos chama atenção o fato de seu subtítulo ser *Orgão de todas as classes*, com conteúdos endereçados aos escravocratas, autoridades civis ou eclesiásticas e mesmo às camadas mais populares da sociedade maranhense, tendo como eixo de toda essa interlocução a questão da escravidão. O jornal também anuncia a recepção de contribuições para esse debate:

Chamamos a atenção dos leitores para a secção – Liberdade –, consagrada aos interesses do abolicionismo. Aquelles que nos quiserem honrar com seus artigos sobre o assumpto, o podem fazer, expendendo circunstancialmente a utilidade da extincção da escravidão no Brasil, sem prejuízo dos interesses de quem quer que seja (*Carapuça*, nº 1, 12 jun. 1884, p. 2).

Curiosamente, a interlocução também foi intentada pelo envio de exemplares do jornal a alguns indivíduos que o redator da *Carapuça* julgara que se interessariam pelas suas publicações. Vejamos o que diz a coluna *Expediente* do primeiro número do periódico:

Os dignos cavalheiros á quem enviamos a nossa humilde *Carapuça*, que não queiram aceitar a assignatura podem devolver-a á *CASA DO DIABO* rua do Sol em frente ao theatro, ou no estabelecimento commercial dos *IRMÃOS GUIMARÃES* rua Grande n. 41 no prazo de 24horas; os que assim não o fizerem ficarão considerados assignantes (*Carapuça*, nº 1, 12 jun. 1884, pp. 3-4).

Além de terem enviado o primeiro número do jornal para alguns indivíduos, a coluna ressalta outro fato interessante, caso essas pessoas não aceitassem serem

assinantes do periódico, que devolvessem em dois estabelecimentos comerciais em vez de remeterem diretamente a Tipographia Conservadora, local de produção e impressão da *Carapuça*. Nos números posteriores foi possível perceber que, além disso, os estabelecimentos *Casa do Diabo* e *Irmãos Guimarães* aparecem também como locais para novas assinaturas.

A ligação da *Carapuça* com esses dois órgãos do comércio em São Luís aparece ainda quando a coluna *Badaladas* lança um curto texto pedindo a atenção de seus leitores para um desses estabelecimentos “Chamamos a atenção dos nossos leitores para o annuncio da Casa do Diabo [...]” (*Carapuça*, n° 4, 21 jun. 1884, p. 3). No que se refere aos anúncios, os supracitados estabelecimentos aparecem em todos os doze números do periódico. A *Casa do Diabo* contabiliza doze anúncios de proporções maiores que os anúncios padrão; já os *Irmãos Guimarães* aparecem quarenta e oito vezes, esse grande número de anúncios se deve também ao fato de serem donos de dois estabelecimentos, um localizado na rua Grande e o outro na rua do Sol.

Encontramos ainda indícios de que a *Carapuça* teria mantido trocas de correspondência com o *Libertador*, jornal da Sociedade Cearense Libertadora. Na publicação de número seis, logo na primeira página na coluna *Carapuça*, os editores ressaltam terem ficado incomodados com uma publicação feita pelo periódico cearense. Segundo consta, o jornal teria chamado a província do Maranhão de negreira pelo fato de manter em seu seio inúmeros indivíduos na condição de escravizados. Rebatendo essa afirmação a *Carapuça* afirma ter o jornal cearense cometido uma injustiça e que a existência de um órgão da imprensa maranhense que defendesse a causa da abolição era motivo por si só para comprovar o equívoco. Para levar ao público o ocorrido, resolve o editor transcrever o que foi publicado na província do Ceará.

Recebemos o 1º e 2º numeros deste jornal, que começou a ser publicado na capital da província mais negreira do Brazil – o Maranhão.

O *Carapuça* parece disposto a penetrar no fundo de alguma senzala; mas, perdoe-nos o colega, para entrar na Bastilha da escravidão maranhense é preciso – não uma carapuça, mas uma enorme carga de dynamite.

Agradecemos a remessa do *Carapuça* e desejamos que elle transformado em uma coroa de ferro encandecente vá queimando o cranco azinhavrado desses pífios e repugnantes negreiros (*Carapuça*, n° 6, 28 jun. 1884, p. 1).

Embates internos à província também transparecem no jornal. Ao longo das doze edições da *Carapuça* encontramos inúmeros indícios de que sua existência causava desconforto e irritação em muitos indivíduos. Já no terceiro número na coluna *Badaladas*,

o editor informa que um senhor por nome Ignacio José Alves de Sousa se recusou a aceitar o jornal e o devolveu a *Casa do Diabo*, isso era apenas o começo das recusas que sofreria a *Carapuça*. Na edição de número cinco, na coluna *Badaladas* aparece outro texto tratando sobre um indivíduo que estaria irritado com o jornal: “Certo figurão está conosco até o gargalo! [...] ameaçou-nos que iria a um jornal dizer-nos alguns desafimentos!” (*Carapuça*, n° 5, 26 jun. 1884, p. 2).

Já no número sete, que foi às ruas no dia 2 de julho, também na coluna *Badaladas*, foi publicada a notícia de que um homem andava mal dizendo a *Carapuça*. Segundo o texto, um “alto personagem” após ter tomado algumas cervejas, deu início aos ataques a quem quisesse ouvir que o jornal era mal escrito e que não se daria ao trabalho de comprar tal jornal. No décimo número publicado pelo periódico, agora na coluna *Carapuça*, aparece um texto que corre toda a primeira página e o início da segunda, trata-se de uma carta endereçada ao bispo D. Antonio. O motivo que levou a escrita de tal carta seria o fato de o bispo ter saído a dizer por onde passasse que a *Carapuça* era um jornal anárquico, pasquim diabólico e que pregava a desordem e a rebelião.

Respondendo de forma aguda, o editor desmentira o bispo e garantia serem tão somente advogados da causa abolicionista, e que era a outros que se deveria endereçar tais acusações:

Nós não somos, Exm. Sr., nada d’isso, o nosso jornal não é perigoso, não é um pasquim, pois ainda não atassalhamos a reputação de quem quer que seja, ainda não invadimos o lar doméstico para lá dentro, no santuário da família, lançar a baba asquerosa da calunia, o veneno viperino da língua humana.

Não somos detractores, não andamos fallando mal da vida alheia, arratando pela lama da difamação os créditos d’esta ou d’aquele pessoa [...] Temos a dizer a V. Exm. Revm. Que pertencemos ao pequeno numero d’aqueles que n’esta terra advogão a causa da abolição da escravatura (*Carapuça*, n° 10, 13 jul. 1884, p. 1).

E continuam o texto afirmando que é por ser abolicionista que a *Carapuça* vai ao encontro do representante da Igreja, porque afirmavam levar as súplicas daqueles que se encontravam escravizados e que buscavam no representante da fé alguém que pudesse lutar por eles. Assim, caberia ao bispo perceber que a escravidão era um mal para a nação, e que qualquer um que se diga verdadeiramente cristão não poderia aceitar a condição de escravizado a que estava sujeitada boa parte da população maranhense:

V. Exc. assim prestará um importantíssimo serviço à religião e à humanidade, tornando-se um verdadeiro sacerdote d’Aqueles que por amor ao homens deixou-se crucificar na montanha do Calvário (*Carapuça*, n° 10, 13 jul. 1884, p. 2).

Dessa forma, reunindo todos esses fragmentos espalhados ao longo das doze edições da *Carapuça*, foi possível perceber o nível de sociabilidade estabelecido pelo jornal, quer com indivíduos, com órgãos comerciais, ou mesmo com outros jornais. Defendendo a bandeira do abolicionismo em suas páginas, o periódico manteve relações de proximidade e afastamento, de parceria e embate, na luta pela construção de uma ideologia, no sentido utilizado por Bacsiko (1985), antiescravista.

3. O TOM ABOLICIONISTA

Ao longo do século XIX várias transformações no sistema escravista brasileiro foram empreendidas até culminar na abolição, em 13 de maio de 1888. Em uma sociedade em que mais da metade de sua população encontrava-se escravizada, tais mudanças deram-se de forma lenta e gradual, haja vista que o sistema escravista era visto inicialmente como único meio para o trabalho braçal. Todavia, nas décadas finais do Oitocentos a modernização da sociedade colocara tal assertiva em xeque. A expansão do capitalismo e a disseminação das ideias positivistas começaram a alterar a lógica social existente, até então, em todo território brasileiro. Nesse sentido, a escravidão que outrora era vista como mecanismo do desenvolvimento econômico, passou a ser entendida como característica do atraso social.

[...] na Antiguidade, quando os povos se encontravam no “estado teológico”, a escravidão tinha sido uma instituição necessária; nos tempos modernos era “efêmera monstruosidade”, logo, os escravos deveriam se tornar proletários, partilhando do progresso do “estado positivo” (FARIA, 2012, p.29).

Com o avançar do século, inúmeras revoltas, fugas e movimentações em prol da abolição foram deflagradas no Brasil. O movimento abolicionista tomava corpo, associações de negros libertos foram criadas, a imprensa tornava-se palco de protestos contra o sistema. Em meio a tanta movimentação era preciso agir, na defesa da propriedade escrava. Com o receio de acumularem prejuízos, os grandes proprietários movimentaram-se no sentido de aprovar algumas medidas legais, garantindo, dessa forma, que o processo de abolição fosse construído de forma gradual, impedindo assim a abrupta ruptura da relação senhor – escravizado.

Como exemplo, temos a promulgação em 1871 da lei que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre, considerando livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos em território brasileiro. Segundo Mendonça (1999), ao aprovar essa lei, estaria estancada a principal fonte de escravizados após a proibição do tráfico transatlântico, mas, ao mesmo tempo, os escravistas garantiriam a preservação do poder sobre os cativos, uma vez que os proprietários decidiriam sobre a vida dos nascidos até seus 21 anos de idade, podendo, por exemplo, mantê-los juntos as progenitoras, exercendo funções com os demais cativos, mesmo não sendo legalmente escravizados.

Outra forma paliativa para atender os anseios dos abolicionistas e, ao mesmo tempo, dos proprietários de escravizados, foi a Lei do Sexagenário, de 1885, que

“libertou” os cativos com mais de 60 anos. Considerando as péssimas condições de vida desses indivíduos, poucos eram aqueles que atingiam tal faixa etária, e os que a alcançavam já não tinham condições de trabalho, ou seja, era uma forma legal de se livrar dos escravizados pouco produtivos. Obviamente, a promulgação de tais leis visava muito mais adiar a abolição do sistema escravocrata do que propriamente propiciar a mudança de postura, tão defendida nas décadas finais do século XIX. Para Mendonça (1999), esses projetos de lei foram gerados para garantir a dominação sobre os escravizados e libertos, o que se queria não era apenas o controle da transição entre servidão e trabalho assalariado, era manter o domínio sobre a população negra, mesmo após sua libertação.

Nas páginas seguintes, analisaremos o discurso contido na *Carapuça – órgão de todas as classes*, jornal abolicionista maranhense que no ano de 1884 levava a público a defesa efetiva do abolicionismo, causando, por vezes, inúmeros desconfortos em uma sociedade marcadamente assentada no escravismo.

3.1 *Liberdade: a escravidão e o abolicionismo*

Já em seu primeiro número, lançado a 12 de junho de 1884, a *Carapuça – órgão de todas as classes* trazia em sua primeira página a coluna *Liberdade: a escravidão e o abolicionismo*, consagrada aos ideais abolicionistas. Essa coluna apareceu em outros quatro números do jornal, de um total de doze que circularam pela cidade. Sempre com tom crítico, levantava a bandeira da abolição imediata da escravidão negra, mas por meios legais, caso contrário, acreditava que ocorreria um conflito violento entre senhor e escravizado. Além disso, foi incisivo ao estabelecer que era abolicionista sim, mas que em momento algum iria contra o direito de propriedade.

Evocando a sociedade brasileira e em particular a maranhense a se levantar contra a escravidão, a coluna credenciava o atraso social e a decadência econômica ao trabalho servil. Era preciso substitui-lo e só assim experimentar a modernidade tão almejada no fim do Oitocentos. Para exemplificar e dar mais força a seus argumentos, apontava para a província do Ceará, que graças à mudança de postura, transformando o escravizado em trabalhador livre, passou a viver “um grande impulso benefico à economia do Ceará” (*Carapuça*, nº 4, 21 de jun. 1884, p. 1). Lançou mão ainda da crença

existente de uma cidade reconhecida como Athenas¹², mas que mesmo assim, convivia com escravizados em seu cotidiano.

Em sua primeira aparição, a coluna *Liberdade* começa a traçar a história do deslocamento do negro africano para o Brasil, acionando a perspectiva positivista da História, em uma clara afirmação de uma linha progressiva da trajetória desses homens e mulheres rumo à civilização.

I

Estamos em plena África. O vasto paiz das florestas bravas, dos desertos sem sobras, dos lagos gigantes, estende-se ante nós afogado nos raios de um sól que dardeja calor sobre a terra como se fosse uma fornalha de vulcão aberta no infinito. Uma catarata de luz espadana sobre esta região, levando nas suas vagas enormes a vibração ardida de uma temperatura tórrida.

Em meio d'esta terra de luz homens vemos de trevas. São negros. A luz que faz brilhantes os outros seres fel-los pretos. Seus musculos descobertos sobre os quaes os raios solares incidem perpendicularmente teem o tom escuro dos bronzes antigos. São robustos – mas feios. Naquellas feições acentuadas e sensuares vê se que são mais animaes que homens. Para que sejam homens falta-lhes a civilisação.

São carnívoros – matam. Há pouco o seu melhor festim consistia na caça – homem. Hoje embora se lembrem com saudade do manjar primitivo á elle renunciaram.

O homem da Europa chegou alli; mostrou que a anthropophagia era uma asneira. Disse-lhes: - Não comes teu irmão; vende-o.

O africano vende-o:

A infamia do branco comprara a vileza do preto (*Carapuça*, nº 1, 12 jun. 1884, p. 1)

Aqui, a primeira parte da coluna *Liberdade* versa sobre o continente africano de forma superficial e demonstrando completo desconhecimento de seu vasto ecossistema. Não raras vezes, ao se escrever sobre a África, cai-se no equívoco de minimizar e generalizar todo o vasto continente, que por vezes é confundido até mesmo com um país. Em meio a sua descrição, a coluna versa sobre o africano, representado como aquele que mais se compara a um animal do que a um homem, isso graças à justificativa de falta de civilização. Em seguida, faz saber que antes da chegada dos

¹² Após a separação política entre Portugal e Brasil em 1822, era preciso construir novos parâmetros para a formação nacional. As classes dominantes tomaram para si a tarefa de ditar os rumos que o país deveria tomar, no Maranhão não foi diferente. Embora distante geograficamente do centro de poder administrativo, o Rio de Janeiro, as classes dominantes de São Luís moldaram um status de “Athenas Brasileira”, pautado na autoafirmação de serem herdeiros dos gregos e, por isso, representarem para a construção da nação brasileira aquilo que a Grécia representou para o ocidente: o berço da civilização. Para tanto, lançaram mão de personalidades ligadas à política, ao jornalismo e de intelectuais de uma forma geral como: Antônio Gonçalves Dias, Joaquim Gomes de Sousa, Odorico Mendes e Joaquim Francisco Lisboa, afirmavam ser capazes de configurar um projeto de cultura oficial a ser implantado na recém-nascida nação brasileira. Ver: Borrallo (2009).

europeus às terras africanas, os indivíduos que ali moravam exerciam a condenável prática da antropofagia, sendo substituída então, pela venda de seus cativos após a intervenção do europeu.

Na segunda parte da narrativa, a coluna continua a apresentar a história da transferência dos africanos escravizados que foram trazidos para o “Novo-Mundo”. Esse processo de transferência, conhecido como tráfico transatlântico, serviria à necessidade de mão-de-obra nas terras colonizadas pela coroa portuguesa. A partir de então, o europeu alimentaria sua necessidade de enriquecimento por meio da violência para com o negro africano, razão para o jogo de palavras, sempre presente, comparando a antropofagia praticada pelos africanos com o novo mercado de compra de pessoas instaurado pelo europeu.

II

A África começou a despovoar-se. O que não fizera a anthropophagia, fazia a avidez do Europês. Em troca de miseráveis objectos, de cousa sem valia, obtinha ampla provisão de homens. Mettia-os depois a bordo de seus navios que deslisavam sombrios por sobre o mar como o esquife saturno da liberdade. O homem pallido tencionava fazer d’elles suas bestas de carga. Iam cultivar o Novo-Mundo para enriquecer uma horda de bandidos.

E eram Moraes; se eram!

Haviam acabado com a anthropophagia: o negro não mais comia a carne do prisioneiro – devorava-lhe apenas a liberdade. A cubiça infrene dos aventureiro europês soubera ao horror substituir outro horror.

D’antes o africano comia a carne do africano; o europês ia comer-lhe o trabalho adubado com o sublime tempero do azorrague! O manjar differira na forma – mas era o mesmo na substancia. O conviva é que mudara: em vez do negro para o branco que se sentará a meza do festim.

O europês negreiro – eis um anthropophago mais vil que o canibal da África: Seu apetite era mais infame que o do negro. (*Carapuça*, n° 1, 12 jun. 1884, p. 1).

No segundo número, a 14 de junho de 1884, a coluna *Liberdade* retoma a trajetória iniciada no número anterior. Na terceira e quarta parte, de um total de cinco, o autor da coluna começa a versar sobre o “Novo-Mundo” e como os africanos trazidos a força são obrigados a trabalhar nas lavouras, para que assim enriquecessem seus possuidores; caso se negassem a tal serviço, seriam violentados pelo açoite no tronco. A coluna evoca então a questão religiosa, para assim, tentar fazer pensar o possuidor de escravizados “Um povo só, um povo que se diz christão, que se julga civilizado, a despeito de todo o direito, de toda a humanidade ainda conserva escravos no seu seio” (*Carapuça*, n° 2, 14 jun. 1884, p. 1). Era preciso fazer-lhe sentir um mal-estar, a ideia era envergonhá-lo por ainda possuir escravizados.

Para tanto, o redator dá exemplo de nações, consideradas desenvolvidas, que aboliram o trabalho escravizado: primeiro a Inglaterra, por ter proibido o tráfico de negros africanos; depois a França, por ter acabado com todo o trabalho escravizado em suas colônias; além, é claro, dos Estados Unidos, por também ter abolido a instituição escravista. Sempre seguindo uma cronologia de emancipação desses exemplos, consideramos que o redator tece essa linha do tempo numa tentativa de demonstrar que, ao passo que a escravidão era findada, o desenvolvimento da nação ganhava força, ou seja, uma nação como o Brasil, que almejava a modernização precisaria, antes de tudo, romper com essa amarga marca social.

No entanto, a justificativa dos escravocratas para a permanência da escravidão, segundo a coluna, estava na utilidade e não mais na justiça, isso porque o brasileiro escravocrata defendia a tese de que a abolição seria um completo mal para o país. Mas, para o autor da coluna, o real motivo para sua defesa estava em “(...) seu parasitismo, Nada mais. Acha bom viver do escravo porque assim pode permanecer divorciado do trabalho” (*Carapuça*, nº 2, 14 jun. 1884, p. 1). A justificativa do parasitismo seria, portanto, a única explicação verdadeira sobre o porquê do Brasil, diferente de outras nações, não ter ainda abolido a escravidão negra. Detentor do capital financeiro, o escravocrata teria assim o poder de compra do escravizado, tido como mais uma mera ferramenta para o processo produtivo, considerando assim legítimo o fato de utilizar o trabalho servil do negro africano para enriquecimento próprio.

Na sequência, e em tom de anúncio, a coluna avisa ao escravocrata que a hora da abolição se aproximava, que independente de qualquer coisa, a escravidão chegaria ao fim, “A grande causa da abolição impõe-se no Brazil com seu brilho enorme. É preciso que a escravidão cesse; ella cessará. A necessidade aqui impõe-se com a força de um ultimatum” (*Carapuça*, nº 2, 14 jun. 1884, p. 1). A coluna, a partir de então, passa a colocar a abolição como uma necessidade imediata, como algo a ser aplicado logo. Era preciso libertar aqueles que ainda viviam em regime escravista, a abolição declara guerra aos proprietários de escravizados, a liberdade viria e era preciso, em razão disso, consolidar instituições capazes de proteger esses recém libertos.

Fechando a quarta parte da coluna, o autor passa a comparar, e colocar em mesmo patamar, aquele que escraviza com o que foi escravizado “Escravocrata vai para África viver com descendentes dos anthropophagos de quem é o irmão na herança!” (*Carapuça*, nº 2, 14 jun. 1884, p. 1). Ao sugerir que o escravocrata seria então irmão do africano, consideramos que a tentativa era, mais uma vez, envergonhar o possuidor de

escravizados. No fim do Oitocentos, tempo de vigor do “darwinismo social”, tese que pressupunha o homem branco no topo de uma pirâmide sócio racial, o redator colocava em grau de igualdade esses indivíduos que a ciência separou. Ao fazê-lo, expunha sua opinião sobre a instituição escrava, que ainda vigorava em terras brasileiras, e, por essa razão, rebaixava de *status* o branco escravocrata.

Na quinta e última parte dessa trajetória, narrada logo nas primeiras aparições da coluna *Liberdade*, o autor deixa claro, como em outros locais do jornal, a intenção de levantar o debate sobre a escravidão negra em terras brasileiras/maranhenses.

V

O presente jornal aqui no Maranhão mergulhado nos interesses inconfessaveis de escravocratismo é um protesto contra a infamia d'esta exacrandia escravidão que entre nós se mantem.

A hora da nossa redempção social approxima-se. Debalde os reis do chicote, os escravocratas, a procuram retardar. Ella chega como a aurora esplendida da nossa regeneração.

Escravo levanta essa cerviz abatida pelo medo do azorrague do senhor! D'aqui a pouco has de ser um homem, vivendo do teu trabalho como todo o homem deve viver.

Escravocrata a tua preza escapa-te Vai apprender a viver do trabalho proprio. Tu tambem como o escravo precisas regenerar-te (*Carapuça*, nº2, 14 jun. 1884, p. 1).

É com essa sentença que o editor termina a primeira narrativa sobre a causa da abolição no *Carapuça*, alertando o escravocrata que essa instituição escravista chegará ao fim, e que a partir de então ele passará a viver do próprio trabalho, sem utilizar da mão-de-obra escravizada do negro africano. O escravizado, por sua vez, viverá de seu próprio trabalho, e será remunerado por isso. É dessa forma que o autor afirma que a regeneração de todos será feita, e que ambos, escravista e escravizado, serão regenerados.

Em 18 de junho de 1884 saia o terceiro número do jornal *Carapuça*, e com ele aparecia, novamente na primeira página, a coluna *Liberdade*. Nessa terceira aparição, a coluna se volta para os maranhenses “Avante, maranhenses! Havemos de propalar por toda parte as inconveniências da escravidão; havemos de apregoal-as, já pela imprensa, já pelas reuniões em que estivermos” (*Carapuça*, nº 3, 18 jun. 1884, p. 1). Conclamava assim os indivíduos a se levantarem contra a instituição escravocrata. Era preciso retirar da servidão os negros africanos e seus descendentes. Por meios pacíficos se fazia necessário acabar com a escravidão e assim alcançar a tão almejada civilização.

Porém, reconhecia algumas dificuldades: “O Maranhão, como todos sabem, é uma das provincias deste império que possue muitos proprietarios de escravos, tornando-se, por isso, difficultoso acabar de momento com a escravidão” (*Carapuça*, nº

3, 18 jun. 1884, p. 1). Ainda assim, observava que, caso lutassem em prol da abolição, de forma sempre pacífica, em poucos anos alcançariam o que seria a glória para o país e, consequentemente, a tão sonhada modernização do Império. Para tanto, levantava outra questão: a relação do trabalho servil com a decadência da lavoura. Isso porque o escravizado não teria amor pelo trabalho, muito menos pela produção. Assim, não produziria tanto quanto a mão-de-obra livre. Por esse raciocínio, o trabalhador assalariado, tendo amor ao trabalho, desempenharia melhor as funções na lavoura e assim produziria mais, pois tiraria dali seu sustento.

Era preciso dar exemplos concretos, era necessário apontar para dentro do território brasileiro e evidenciar atitudes em defesa da abolição, e suas consequências benéficas: “E para convencermos-nos de que o Brazil não precisa do braço escravo basta apontar o Ceará como exemplo, essa província de brios, que acaba de erguer-se acima de todo esse imperio [...]” (*Carapuça*, nº 3, 18 jun. 1884, p. 1). Seria então o Ceará a grande província a ser seguida. Por ter abolido a servidão, experimentava um novo momento e estava, por isso, cheia de orgulho próprio. Mas a coluna foi além, queria apontar uma pessoa como exemplo, dar um rosto ao movimento

O humanitário Visconde do Rio Branco, com a aurea lei de 28 de setembro de 1871, matando a fonte que gerava a escravidão, veio mostrar-nos que todos os brasileiros devem empregar seu esforço individual para extirpar um abuso que os nossos antepassados commetteram, escravizando o homem que nascera livre como as areias dos desertos de sua terra, mettendo-o em um porão de navio, e vindo vendel-o aqui por baixo preço, como si elle fosse vil mercadoria. (*Carapuça*, nº 3, 18 jun. 1884, p.1).

Assim, colocando o Visconde do Rio Branco¹³ como exemplo, o jornal trazia um indivíduo branco, jornalista, político influente na corte, que chegara a ocupar o cargo de presidente do conselho de ministros de D. Pedro II, na figura de um defensor da abolição da escravidão negra. Não que efetivamente fosse, mas a defesa da lei do Vento Livre pelo Visconde conveio às necessidades da *Carapuça* de apontar exemplos, a serem seguidos, de abolicionistas.

Finalizando a coluna nessa edição, o redator faz questão de deixar claro que embora abolicionista, não quer com isso retirar o direito de propriedade do senhor, nem de imediato extrair o escravizado de seus supostos donos; caso isso fosse feito, geraria um conflito violento entre senhor e cativo. Essa afirmativa deixa mais uma vez clara a

¹³ Segundo José Murilo de Carvalho, ao apresentar o projeto de lei, o Visconde do Rio Branco sofreu ataques de todos os lados. O temor geral era de que, caso essa medida fosse posta em prática, a estabilidade social correria sério perigo. Entretanto, após vários discursos conseguiu que a lei popularmente conhecida como Lei do Vento Livre fosse aprovada. Ver: Carvalho (2007).

lógica abolicionista empregada pelo jornal, defensor da abolição imediata da escravidão, mas sempre por meios legais, sem retirar do proprietário o direito de propriedade.

Três dias depois, em 21 de junho, um sábado, saiu o quarto número do *Carapuça*. Dessa vez, a coluna *Liberdade* voltava-se, em tom crítico, para quem chamava de “estadistas”: “Será um mal [a abolição], dizem, á uma, todos os estadistas, porque será precursora de uma conflagração” (*Carapuça*, n° 4, 21 jun. 1884, p. 1).

Para refutar esse argumento, a coluna mais uma vez citava a província do Ceará como exemplo:

[...] temos aos nossos olhos o recente quadro do Ceará livre, offerecendo o mais valioso argumento para destruir o absurdo gerado não pelo temor, mas pelos interesses inconfessaveis do parasitismo?

Volvei o olhar para aquellas plagas da luz.

Contemplae o spectaculo suprehendenté de vinte mil redemitidos que, hoje, trabaham cheios de satisfação, com a comprehensão do struggle for life, fertilisando o solo da patria, animando a industria e as artes e concorrendo poderosamente para a riquesa publica (*Carapuça*, n° 4, 21 jun. 1884, p.1).

A coluna colocava em xeque a razão pela qual os “estadistas” não aprovavam a abolição, demonstrando como, após a abolição no Ceará, os escravizados foram transformados em trabalhadores livres e trabalhavam para o sustento próprio e o enriquecimento da província. Além disso, a coluna, em tom de aviso, faz saber aos “estadistas” que, caso não aprovem a abolição, não tardará que o negro cativo exerça, à força, o direito de liberdade. Assim, sugeria aos “estadistas” que trabalhassem para que D. Pedro II aprovasse a abolição da escravidão, pois, um monarca que se proclama liberal deve exercer a força de suas ideias e aceitar que a escravidão é um mal que atrasa a nação e obscurece o caminhar em direção da modernidade.

No quinto número da *Carapuça*, não sabemos até aqui o porquê, a coluna *Liberdade* não apareceu, voltando somente, e pela última vez, no número subsequente. No dia 28 de junho, a coluna direcionava sua crítica ao país. Inicialmente, observou que, ao contrário do que pregavam, o Brasil não era essencialmente agrícola, era na verdade utopista, porque acreditava na possibilidade da modernização, mesmo com a manutenção da escravidão, o que seria impossível. Noutro ponto, observou que o nosso país, ainda jovem, já possuía a corrupção entranhada em si, causando assombração, já que essa prática era abominável para a civilização: a História nos julgaria por tal infâmia.

A figura de D. Pedro II é mais uma vez lembrada pelo jornal, ao observar que os governantes estariam dormindo e esqueceram completamente daqueles a quem governam. Graças a isso, a questão da escravidão parecia assustar, já que o debate

crescera e tomara uma proporção ameaçadora, ou seja, era preciso tomar medidas de imediato para garantir a seguridade da nação. Esperava-se assim que os governantes agissem em prol da abolição. Ao traçar um paralelo entre uma nação atrasada e a escravidão, a coluna colocava mais uma vez a abolição como único método possível para mudar os caminhos do Brasil, e garantir assim a modernidade e a civilização que tanto se almejava.

Assim, a abolição era tratada como antídoto ao atraso e a corrupção em que submergira o país.

[...] ergue-te sobre ti mesmo, compacto, homogeneo, sem senhor nem escravo, sem vassalos nem rei, e conseguirás um successo enorme que durará com os séculos e a consagração da Historia.
É tempo (*Carapuça*, nº 6, 28 jun. 1884, p. 1-2).

3.2 *Badaladas*

Dedicada aos casos do cotidiano maranhense e principalmente da cidade de São Luís, a coluna *Badaladas* aparece em todos os doze números do jornal, apresentando desde o discurso abolicionista oficial do jornal, até contos envolvendo personagens da sociedade ludovicense, não raras vezes pessoas consideradas importantes socialmente, além de pequenos poemas, notícias de roubos e furtos, problemas na administração pública e cartas de leitores. Entretanto, nos aterremos aos escritos que versavam sobre a abolição da escravidão, dando destaque aos confrontos e evidências dadas pela *Carapuça* do desconforto causado por suas publicações.

Logo no primeiro número da *Carapuça*, a coluna já trazia duas pautas sobre o debate abolicionista. A primeira questão era voltada ao jornal *Diario do Maranhão*, que no dia 5 de junho publicava uma nota sobre quadros pintados na capital do Amazonas que retratavam as províncias do império:

Injustiça ao Maranhão.

Nas festas feitas em Manaus, no dia 24 do passado, quando foi essa capital declarada livre dos 90 escravos, que ali existiam, projectaram os principaes promotores da festa fazer representar em quadros especiaes cada uma das outras provincias do Imperio.

Nessa occasião queriam expôr um quadro representando o Maranhão, vendendo-se nesse uma praça e uma figura de escravo, cercado de tronco, palmatorias e chicotes, dizendo que no dia em que o Ceará se festejava a redempção dos cativos, um senhor castigava aqui na praça publica um escravo!

Tal affirmativa é uma injustiça [...] O Maranhão aprecia, como qualquer outra província, a emancipação, é adepto dessa grande ideia e os factos de todos os dias atestam esta verdade (*Diario do Maranhão*, nº 3236, 5 jun. 1884, p. 1).

Graças a essa nota, o redator da *Carapuça* resolveu protestar, uma vez que, indo contra o que pregava o *Diario do Maranhão*, chama aos editores do jornal de “Mizerável chapa!” (*Carapuça*, nº 1, 12 jun. 1884, p. 1) e completa dizendo que a província do Maranhão representava um triste papel para o abolicionismo. A segunda questão levantada sobre a causa abolicionista era o aviso aos leitores que, caso quisessem, poderiam colaborar com a coluna *Liberdade*, enviando artigos que contribuíssem para a luta pela extinção da escravidão no Brasil.

Na segunda edição da *Carapuça*, a coluna mais uma vez se volta para os editores do jornal *Diario do Maranhão*, agora dando um exemplo de como não se poderia dizer que a província do Maranhão era a favor da causa abolicionista. Afirmava que alguns indivíduos teriam tido a ideia de fundar um clube abolicionista, mas que após uma gazeta ter publicado essa ideia e os nomes desses terem aparecido, a tentativa não pôde prosseguir, já que a grande maioria era composta por empregados públicos. Isso porque um escravocrata teria ameaçado os jovens de demissão, caso continuassem com a ideia de fundação do clube abolicionista, como apenas um entre todos do grupo era autônomo, médico segundo a *Carapuça*, foi o único que continuou com a ideia, recebendo total apoio do jornal “Nós estaremos de seu lado, em cada um de nós, escrivinhadores e operários deste jornal elle achará um companheiro dedicado e sincero” (*Carapuça*, nº 2, 14 jun. 1884, p. 2).

Se ao tratar da questão abolicionista com os redatores do jornal *Diario do Maranhão*, a *Carapuça* utilizou adjetivos como “miserável chapa”, o mesmo não aconteceu ao se referir ao jornal *Cruzeiro*, isso obviamente pelo fato, já descrito no capítulo anterior, de a *Carapuça* ser impressa na tipografia Conservadora, onde também era impresso o *Cruzeiro*, demonstrando o grau de dependência do jornal para com o local de impressão. Vejamos como essa dependência fica latente quando os editores da coluna resolvem se pronunciar, no quarto número, sobre uma matéria do *Cruzeiro*:

O **ilustre e prestimoso** colega do *Cruzeiro* noticiando o nosso apparecimento, entrou em largas ponderações sobre a abolição, a respeito das quaes pedimos vénia para timidamente abrir discussão.

O facto de estarmos de certo modo, **dependentes de muita finesa para com o illustre collega**, é de si só motivo para que não possamos elucidar a argumentação com a franqueza que nos é habitual.

Comprehenda o leitor a nossa posição e aprecie:

Acha o *Cruzeiro* que tratamos da questão da abolição de modo *não conveniente porque neste assumpto tudo quanto for sahir das disposições da sabia lei de 28 de setembro de 1871, é anarchico e, portanto, inadmissivel* (*Carapuça*, nº 4, 21 jun. 1884, p. 2, grifos nossos).

Ao debater sobre a publicação do *Cruzeiro*, o redator constrói sua narrativa lançando mão de adjetivos positivos para que assim, mesmo dependente da tipografia, pudesse levantar a bandeira do abolicionismo imediato e, nesse sentido, se contrapor ao *Cruzeiro*. Isso porque ao longo dessa narrativa contesta a afirmação de que a abolição viria graças a lei de 28 de setembro de 1871. A coluna *Badaladas* colocava que tal lei não é abolicionista: “Esperar que a sabia lei [...] nos dê a extinção do elemento servil, nos termos em que, ha annos, foi decretada, é da mais condemnavel indifferença pelo levantamento da patria” (*Carapuça*, nº 4, 21 jun. 1884, p. 2).

Assim, embora a lei do Ventre Livre fosse considerada um ganho em direção à liberdade, não era tida como abolicionista. No final do texto, mais uma vez voltando-se para o *Cruzeiro*, os editores fazem saber que tomando esse tipo de comportamento, a *Carapuça* não era anárquica, mas que “Isto é definir francamente as nossas posições” (*Carapuça*, nº 4, 21 jun. 1884, p. 3).

No quinto número lançado a 26 de junho, a coluna *Badaladas* apareceria, pela primeira vez, estampando a primeira página. Agora não era a um jornal ou a uma publicação que atacava, mas a um escravocrata. Sem divulgar o nome do indivíduo, a coluna versa sobre o ocorrido no dia 25 de junho, portanto, um dia antes de sua publicação. Segundo a coluna, um dos meninos que vendia a *Carapuça* saiu a anunciar na rua do Sol a venda do jornal, quando

Psio! Fez o typo, chamando o vendedor que approximou-se na esperança de recolher dois vinténs; mas que, na realidade, ouviu um longo sermão de fraude bernardo [...] si o probresinho tivesse o arrojo de continuar a gritar por aquellas paragens a *Carapuça, jornal que trata da liberdade* (*Carapuça*, nº 5, 26 jun. 1884, p. 1).

Diante do acontecido, a coluna chama atenção para o fato de querer o senhor calar a voz da imprensa, e questiona como seria possível considerar uma terra que respeita a liberdade e o direito, se tentava calar a liberdade de imprensa ameaçando um vendedor de jornal. Tendo feito esse questionamento, a coluna ressaltava que embora as ameaças passassem a ser constantes e que os escravocratas, por meio da desordem, tentassem conter o avanço da defesa do abolicionismo, aqueles que o defendiam não seguiriam pelo mesmo caminho, seriam serenos na luta pela abolição. Espaço de intenso debate e crítica, a coluna *Badaladas* também lançava mão de outros mecanismos em prol da abolição. Ainda no quinto número, trazia uma pequena poesia que descrevia como seria tratada pela História, a emancipação da escravidão.

Supplica
Trata-se da emancipação

- Da redempção do captivo
 E o povo maranhense
 Se deve mostrar altivo
 Em obra tão meritosa!...
 Porque um dia virá,
 Em que á sublime historia
 Descrevendo seus altos feito,
 Ufana lhe bem dirá:
 - Oh filhos de Pais tão nobres
 Morertos cheios de gloria
 Como atesta esta – historia!... (*Carapuça*, n° 5, 26 jun. 1884, p. 3).

No número subsequente, lançado em 28 de junho, a coluna novamente se volta para mais um jornal da cidade de São Luís, a *Civilização*, periódico semanal que trazia em suas páginas principalmente notícias sobre a Igreja Católica. Segundo a coluna, o jornal trazia em sua edição do dia 21 daquele mês uma matéria sobre o abolicionismo. Para o redator da *Carapuça*, essa matéria precisava de ressalvas, por isso fez questão de tecer comentários sobre a publicação.

Para o redator, ao contrário do que pregava a *Civilização*, não eram os abolicionistas que levariam problemas a sociedade, mas o governo, que após a lei de 28 de setembro teria negligenciado a situação em que se encontrava a sociedade. Aqui, novamente a coluna utiliza o adjetivo “parasitas” para se referir aos escravocratas, haja vista que, graças a esse parasitismo a nação não conseguia caminhar em direção a modernidade. Em seguida, a fé é utilizada como argumento, segundo o editor da *Carapuça*, para a manutenção desse sistema escravista e nunca os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Continua o texto exclamando que “Considerar no seculo das luzes e diante da razão Humana o impossível a solução do problema da escravidão -, é o mesmo que negar existência de um sol” (*Carapuça*, n° 6, 28 jun. 1884, p. 3). Utilizar a fé como argumento para a manutenção da escravidão era inaceitável para o redator da *Carapuça*, que entendia tal argumentação como fraca e falha, principalmente porque, como aparece em vários trechos do jornal, no período de sua publicação as ideias iluministas já haviam adentrado o cenário brasileiro.

No número seguinte, saído em 2 de julho, a coluna *Badaladas* volta a estampar a primeira página da *Carapuça*. Dessa vez, a retórica abolicionista é utilizada para rebater supostos ataques e ameaças sofridas pelo jornal. Segundo a coluna, após circular os primeiros números da *Carapuça* pela cidade, alguns escravocratas passaram a ameaçar o jornal e àqueles que o produzem. Afirmando não retroceder, o redator do jornal

enfatiza o fato de saber das ameaças e daquilo que poderia lhe ocorrer, e exclama aos escravocratas:

D'aqui não ha recuar.

Façam effectivas as suas historias; mandem-nos espancar, empastellar estes typos, assassinar-nos emfim, que tudo arrostaremos, clamando, sempre clamando e afinal apontando á Historia o vosso hediondo crime de trazer homens como se fossem bestas, no fundo das senzalas, revestido de ciscumstancias aggravantes (*Carapuça*, nº 7, 2 jul. 1884, p. 1).

Acrescenta ainda que não acreditava em tais ameaças, que seriam falhas as tentativas de calar a *Carapuça*, e que continuaria, portanto, a defender em suas páginas a abolição do trabalho servil, seguindo sempre os princípios da ordem, e que só reagiria caso fosse agredido. Do contrário, as armas para a luta seriam a pena e o patriotismo. Ainda no mesmo número, a coluna noticia o espancamento de uma escravizada por seu senhor. Sem mencionar seu nome, informa apenas ser morador do bairro de Santo Antonio e que o repórter da *Carapuça* iria verificar o ocorrido e posteriormente informar aos leitores sobre o acontecido.

Na oitava edição da *Carapuça*, que foi às ruas no dia 6 de julho, a coluna *Badaladas* novamente se refere a um jornal, dessa vez ao *Libertador*, periódico pertencente a Sociedade Cearense Libertadora, ressaltando inicialmente que teria recebido o número 123 do jornal e que não poderia deixar de transcrever uma matéria, com o título de *O Maranhão degrada-se!!*, que dissertava sobre a situação daqueles que se proclamam abolicionistas no Maranhão.

Como já observado, nessa matéria é transcrita uma carta que o *Libertador* teria recebido tratando de um grupo de rapazes que teriam tido a feliz ideia de fundar um clube abolicionista no Maranhão, mas que ao ser anunciado pela imprensa, tiveram que parar sua ideia já que em sua maioria eram funcionários da Alfandega e foram ameaçados de demissão, por um escravocrata, caso continuassem com a ideia. Ao longo do texto, o nome desse escravocrata não é mencionado em momento algum, deixando o redator um espaço pontilhado no lugar. Vejamos um trecho dessa carta

Alguns moços, na maior parte empregados d'Alfandega, tiverão a feliz lembrança de crear uma sociedade libertadora, reunirão-se e elegerão uma directoria, a eleição foi publicada pelos jornaes. Mal chegou ao conhecimento do . . . semelhante noticia, elle immediatamente mandou intimar a todos os empregados publicos, que se achavão envolvidos na tal sociedade, que a dissolvessem, sob pena de demissão, e os infelizes rapazes tiverão de suffocar suas nobres ideias, porque, desgraçadamente são pobres.

Isso ainda não é tudo, se alguém se manifesta abolicionista, ahi vem a ameaça de uma carga de páu, lanção-lhe toda a sorte de baldões e expoem-no ao ridiculo e ao despreso publico, como o *ladrão d'uma propriedade legitima* (*Carapuça*, nº 8, 6 jul. 1884, p. 3).

Prosseguindo o texto, a coluna coloca ainda que tal era a ira do escravocrata que nenhum outro jornal quis noticiar tal acontecido, apenas a *Carapuça*, e que por isso correria o risco de ataques de agentes do governo. Chamamos a atenção para o fato de que, no parágrafo seguinte, o termo “escravocrata” ser utilizado no singular, antecedendo a informação “que nos governa”. Supomos assim que o indivíduo a quem o texto se refere e utiliza apenas uma linha pontilhada no local de seu nome fosse alguém que ocupasse um alto cargo na administração da província do Maranhão, e que graças a esse fato, por medo de represálias, outros periódicos não noticiaram o ocorrido. Tendo apenas a *Carapuça* veiculado a informação, finaliza o texto se remetendo ao *Libertador*, pedindo que divulgue o que ocorrer no Maranhão, pois a *Carapuça* comprometia-se a informar ao periódico cearense as ocorrências que considerasse mais importantes. Finaliza com a frase: “Vosso constante leitor”.

Na edição de número nove da *Carapuça*, de 10 de julho, a coluna que outrora tinha por nome *Badaladas* passou a se chamar *Barretes e Carapuças*. Segundo o redator, isso se dava apenas por “Simples questão de gosto, que em nada altera as normas que nos impuzemos” (*Carapuça*, n° 9, 10 jul. 1884, p. 1). Nessa edição, a recém batizada coluna traz dois textos sobre a questão da abolição, ambos remetendo ao jornal *Pacotilha*. O primeiro, de título *Nos termos da lei*, trazia a seu público o fato de ter sido publicado na *Pacotilha* uma notícia sobre um escravizado de cerca de 70 anos e os maus tratos sofridos. Segundo o texto, uma senhora proprietária de um escravizado exigia trabalhos considerados pesados para sua já avançada idade, como exemplo, cita o fato dele ser obrigado a subir três andares carregando um pote cheio de água.

Segundo os editores da coluna *Barretes e Carapuças*, ali estava uma forma de um escravista cometer um assassinato sem ser pego por nenhuma lei, haja vista que não existia nenhuma forma de se acabar com o sofrimento do velho escravizado. A coluna então propõe a única forma possível de se intervir, a compra da alforria, e abre então inscrição, na própria tipografia onde é impresso, para compra da liberdade desse homem, supondo ser preciso a quantia de 200 mil reis, a ser paga à senhora proprietária. O jornal comprometeu-se a contribuir com 10 mil reis.

O segundo texto em referência à *Pacotilha* ressalta o fato de que o periódico tem demonstrado ser a favor das ideias abolicionistas, e que por isso luta pelo progresso e em defesa do Maranhão. Mesmo não fazendo propaganda incisiva sobre a abolição, não é “imbecil e parva como o *Diario*, que por espirito de servilismo faz causa commun com os escravocratas” (*Carapuça*, n° 9, 10 jul. 1884, p. 3). Entretanto, a coluna questiona:

como poderia a *Pacotilha* ser abolicionista e ao mesmo tempo publicar todos os dias anúncios de vendas, fugas e compras de escravizados? Esclarece ainda que, ou se é abolicionista ou escravocrata, mas não as duas coisas ao mesmo tempo; pede, por fim, que tendo percebido isso, os editores fechem as publicações e anúncios de escravizados fugidos ou para compra e venda.

Logo na edição seguinte, do dia 13 de julho, a coluna *Barretes e Carapuças* levou a conhecimento de seu público ter recebido a resposta da *Pacotilha* sobre o questionamento feito na edição anterior. Segundo a coluna, a redação da *Pacotilha* não teria negado ser abolicionista, mas afirmou que não trancaria os anúncios para oferta de escravizados porque acreditava que isso não serviria de exemplo para os demais colegas da imprensa e que também não enxergava nenhum ganho para a abolição com essa atitude. Tendo exposto essa resposta, a coluna passa então a dissertar o porquê deveria a *Pacotilha* fechar-se aos anúncios de escravizados. Para o redator, os jornais *Paiz* e *Diario do Maranhão* seriam os representantes do atraso na imprensa e na sociedade maranhense, servindo apenas aos interesses da burguesia da província; ao contrário da *Pacotilha*, que teria se destacado em comparação aos outros órgãos da imprensa pela sua originalidade.

Ao longo do restante do texto, as adjetivações positivas à *Pacotilha* continuam a aparecer, sendo comparada até mesmo com a *Bíblia*, por ser tão indispensável ao povo. Mesmo fora da província do Maranhão, continua o redator da *Carapuça*, a *Pacotilha* tinha grande circulação, chegando a ser o único jornal maranhense a figurar no Congresso de Estrangeiros em Lisboa. Era devido a esse grande alcance e circulação que o redator da *Carapuça* aconselhava a ausência de anúncios de escravizados, segundo ele, era preciso salvar a reputação da imprensa para que em outros locais não se distorcessem os reais ideais que norteavam os redatores do jornal e que no futuro, quando escrevessem sobre a *Pacotilha*, não dissessem que ao mesmo tempo em que pregava a nobre causa da abolição, também anunciava a venda de escravizados.

3.3 O término

No domingo, dia 20 de julho de 1884, saia as ruas a última edição da *Carapuça – Orgão de todas as classes*. A primeira página, quase inteira, estampava a coluna *Carapuça*. Mais uma vez, o texto trazia duras críticas ao governo. Com o título *Mal de ti, pátria*, o texto dissertava sobre o fato de que o Brasil estaria jogado ao ridículo na mão dos governantes, entregue aos partidos Liberal e ao Conservador, e que ambos,

embora parecessem diferentes, não possuíam significado e sequer sabiam quais bandeiras levantavam.

O texto segue em tom de dura crítica, enfatizando que na verdade o que queriam os governantes era “rebaixar a alma nacional”, que tudo que faziam era atender a interesses particulares. A figura de D. Pedro II novamente é mencionada, na afirmação de que o monarca, diante de tal situação, encontrava-se indeciso e perplexo, sem condições de propor os rumos a serem tomados. Também novamente, afirma que a modernidade e a regeneração social só seriam possíveis no momento em que a questão da escravidão fosse resolvida, que sem isso nada seria feito e, portanto “mal de ti, mãe!”.

Junta-se essa crítica incisiva às demais feitas ao longo da vida do periódico, seja ao governo provincial, aos embates com outros órgãos da imprensa ou mesmo a escravocratas maranhenses, o fato de recorrentes vezes a *Carapuça* anunciar ter sofrido ameaças graças as suas publicações, como na coluna *Badaladas*, do dia 2 de julho, já mencionada aqui e mesmo aos vendedores do jornal. Como exemplo, temos na última edição, na coluna *Barretes e Carapuças*, mais informações sobre essas perseguições:

Continuam alguns individuos a ameaçarem os vendedores da *Carapuça*.

A moda não pega!

Si continuarem com essas bestiais ameaças, passarão pelo desgosto de servirem-se d'um formidavel barrete que havemos de calcar-lhe nas ôcas cacholas.

Que culpa tem o vendedor de serem de maos corações.

- Que idiotas (*Carapuça*, n° 12, 20 jul. 1884, p. 3).

Toda essa incisiva crítica feita ao longo das suas edições e as ameaças que foram vinculadas, podem ser indícios que ajudem a explicar o fechamento do jornal, sem qualquer aviso prévio aos leitores. Ao contrário, na coluna *Expediente* da última edição em circulação, anunciava-se, assim como nos números anteriores, o local de sua impressão, o recebimento de artigos para as próximas edições e os dias em que os números seriam postos à venda. Além disso, logo após a coluna *Expediente* há um anúncio de contratação de garotos para a vaga de vendedor da *Carapuça*; segundo esse anúncio, o jornal possuía grande circulação e graças a isso a venda era certa, tendo ainda a garantia de que o melhor vendedor receberia uma gratificação ao final de cada mês.

As características da última edição localizada nos levam à suposição de que o redator da *Carapuça* não tinha o desejo de encerrar a circulação do periódico. Contudo, o número subsequente jamais foi publicado.

É somente através do *Cruzeiro*, jornal que também era impresso na Tipografia Conservadora, que temos uma nota explicando o fim das atividades da *Carapuça*. O conteúdo da nota, como se vê, é revelador das tensões aqui exploradas:

Não podendo e devendo consentir que o *Carapuça* se exceda, como se excedeu n'essa sua edição na manifestação dos seus sentimentos abolicionistas, apregoando ideias subversivas do nosso estado social: o Sr. Diretor deste estabelecimento tomou a fim resolução de submeter à censura previa todos os artigos referentes à extinção da escravidão, que d'esta data em diante forem feitos n'este sentido [...]. Não tendo a redação do *Carapuça* cumprido as prescrições a que se havia submetido e, ao contrario, infringindo no seu ultimo numero – no domingo -, 20 do corrente mês, resolvemos que não fosse mais publicado esse periódico em nosso estabelecimento (*Cruzeiro*, n° 28, 23 jul. 1884, p. 3).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem sobra de dúvidas, a lavoura de agroexportação implementada no Maranhão ao final do século XVIII como parte da política pombalina contribuiu para a transformação da então capitania do Maranhão. Dentre as inúmeras mudanças, destacamos a forte entrada de africanos escravizados para atender a demanda de mão-de-obra, principalmente nas lavouras de algodão, arroz e cana-de-açúcar. Nesse sentido, o Maranhão que até então pouco despertava interesse econômico, vivenciou um *boom* na circulação de capital, o que acarretou o rápido crescimento de sua população, incluído a capital, São Luís.

A capital maranhense, que até o final do Setecentos não passava de um entreposto, viveu um conjunto de melhorias estruturais, como: a construção de inúmeros casarões que passaram a abrigar as famílias mais ricas; obras públicas de saneamento, calçamento das ruas, abastecimento, iluminação e transporte também fizeram parte do pacote de mudanças ocorridas na cidade. Dentro desse crescimento citadino, podemos citar a forte presença da população negra na capital, o que gerou a criação de espaços de sociabilidade e resistência dessa população, graças também às práticas escravistas empregadas nos ambientes urbanos: os escravizados de ganho e de aluguel.

Além disso, outra questão histórica marcante para a dinâmica maranhense, principalmente no século XIX, está ligada às sucessivas crises da lavoura e aos mecanismos que deveriam ser utilizados para sua superação. Nessa perspectiva é que a imprensa toma para si o dever de propor novas formas para o desenvolvimento do Maranhão, haja vista que a imprensa como atividade intelectual majoritariamente citadina caracterizava-se não só como mecanismo de divulgação do ocorrido na sociedade, mas também como agente construtor da realidade que registrava.

Dessa forma é que a *Carapuça – Órgão de todas as classes* saiu às ruas entre junho e julho de 1884. Jornal de curta duração, sem tipografia própria, teve como intuito a defesa da abolição da escravidão, meio pelo qual o Maranhão, segundo o periódico, conseguiria sair da crise e alcançar a tão almejada modernidade. Em suas páginas, foi efetiva em criticar aqueles que defendiam a manutenção do trabalho servil, ou não agiam a contento para eliminá-lo. Assim, dirigiu críticas ao governo provincial e até mesmo ao monarca D. Pedro II, a Igreja, a escravocratas maranhenses e a outros periódicos que circulavam na mesma época, como o *Diário do Maranhão*. Tomando o debate abolicionista como centro de sua produção, o jornal publicava em todas as edições, em

pelo menos uma coluna, alguma matéria que tratasse do assunto. Não por acaso, uma de suas principais colunas foi batizada de *Liberdade: a escravidão e o abolicionismo*.

A monografia aqui defendida tem a pretensão de contribuir para os já variados estudos sobre o Maranhão oitocentista e, principalmente, por meio da imprensa, de pensar a situação vivenciada por aqueles que se encontravam em regime de escravidão. Evidentemente, não acreditamos que a escrita desse trabalho monográfico dê por encerrado a investigação em torno da *Carapuça*, nem muito menos da abolição da escravidão em terras maranhenses, mas que possa se inserir nos esforços realizados nos últimos anos pela historiografia maranhense.

REFERÊNCIAS

Documentos

A) Impressos

Carapuça, São Luís, 12 jun. 1884, n° 1.

_____. São Luís, 14 jun. 1884, n° 2.

_____. São Luís, 18 jun. 1884, n° 3.

_____. São Luís, 21 jun. 1884, n° 4.

_____. São Luís, 26 jun. 1884, n° 5.

_____. São Luís, 28 jun. 1884, n° 6.

_____. São Luís 2 jul. 1884, n° 7.

_____. São Luís 6 jul. 1884, n° 8.

_____. São Luís 10 jul. 1884, n° 9.

_____. São Luís 13 jul. 1884, n° 10.

_____. São Luís 17 jul. 1884, n° 11.

_____. São Luís 20 jul. 1884, n° 12.

(O)Cruzeiro, São Luís 23 jul. 1884, n° 28, p. 3.

(O)Diário do Maranhão, São Luís 5 jun. 1884, n° 3236, p. 1.

(A) Pacotilha, São Luís 9 jul. 1884, n° 179, pp. 1-3.

B) Oficiais

Brasil. Matrículas de escravos de 1887.

_____. Recenseamento de 1872.

Coleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. Lei n 775, de 4 de julho de 1866. Aprovada postura da Câmara Municipal da Capital.

MARANHÃO. Edital à Câmara Municipal referente às posturas aprovadas pelo Conselho Geral da Província. São Luís: Tipografia da Temperança, 1842.

Bibliografia

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **De caboclos a bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 – 1850. São Paulo: Annablume, 2015.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **A ATHENAS EQUINOCIAL**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A língua escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II: ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Alex Silva. **A discriminação do bumba-meu-boi nos discursos dos diários do século XIX**. São Luís: Anais do II Simpósio do Maranhão Oitocentista, 2011, pp. 1-9.
- COSTA, Yuri Michael Pereira. **Celso Magalhães e a justiça infame**: crime, escravidão e poder no Brasil Império. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **A Revolução Impressa**: a Imprensa na França, 1775-1800. Tradução de Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo**: a companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Universidade Federal do Pará, 1970.
- DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. **Escravidão urbana e criminalidade em São Luís (1860-1880)**. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2005.
- FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERRETTI, Sérgio. **Querebentã de Zomadonu**: etnografia da Casa das Minas do Maranhão. 3 ed. Rio de Janeiro: Palmas, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional / EDUSP, 1971.

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao público sincero e imparcial**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2010.

GORENDER, Jacob. **Escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

JACINTO, Cristiane Pinheiro do Santos. Fazendeiros, Negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846-1885). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs). **Maranhão Oitocentista**. 2 ed. revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, pp. 241-267.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. Lisboa: Typ. Da Real Academia das Ciências, 1822.

LIMA, Marcos Melo de. O trabalho como remição: os pretos pobres e trabalho penal na cadeia pública de São Luís (1870-1888). In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Noberto O.; ROCHA, Cristiana Costa da. (orgs.) **Histórias Sociais do Trabalho**: usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015, pp. 183-216.

MARQUES, César Augusto. (1870) **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3 ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Os sinuosos caminhos da lei. In. _____. **Entre a mão e os anéis**: a lei do sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999, pp. 355-374.

MOREL, Marco; DE BARROS, Marina Monteiro. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. DP & A, 2003.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2007.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: Marcos Cezar de Freitas (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão: 1850-1888.** SIOGE, 1990.

THOMPSON, Edward P. **Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.